



RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES

4º TRIMESTRE DE 2017





Av. Pedro Freitas, 2100 - Centro Administrativo
Teresina-PI - CEP: 64018-900
Tel.: (86) 3215-3800
Email: tce@tce.pi.gov.br

PRESIDENTE

Olavo Rebelo de Carvalho Filho

VICE-PRESIDENTE

Abelardo Pio Vilanova e Silva

CONSELHEIROS

Luciano Nunes Santos

Joaquim Kennedy Nogueira Barros

Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Kléber Dantas Eulálio

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Alisson Felipe de Araújo

**PROCURADORES DE CONTAS JUNTO AO
TCE/PI**

PROCURADOR GERAL

Plínio Valente Ramos Neto

PROCURADORES

José Araújo Pinheiro Júnior

Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

Leandro Maciel do Nascimento

Márcio André Madeira de Vasconcelos

ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Paulo Henrique Couto Machado

ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

Anna Augusta de Carvalho Gonçalves Nunes Reis

ÓRGÃOS EXECUTIVOS DE PRIMEIRO NÍVEL

DIRETORIA PROCESSUAL

Ítalo de Brito Rocha

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Marta Fernandes de Oliveira Coelho

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Antônio Ricardo Leão de Almeida

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADM. MUNICIPAL

Vilmar Barros Miranda

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADM. ESTADUAL

Maria Valéria Santos Leal

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E
SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Bruno Camargo de Holanda Cavalcanti

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE ATOS DE
PESSOAL, APOSENTADORIAS E PENSÕES

Alex Sandro Lial Sertão

DIRETORIA DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES
ESTRATÉGICAS PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO

José Inaldo de Oliveira e Silva

SECRETARIA DAS SESSÕES

Gerusa Nunes Vilarinho Lira de Melo

ELABORAÇÃO

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - APGE

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar à Assembleia Legislativa do Piauí e ao cidadão o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado (TCE) referente ao quarto trimestre do ano de 2017, em cumprimento ao disposto no art. 86, § 3º, da Constituição Estadual.

Atento às suas atribuições constitucionais e atrelado às diretrizes estabelecidos no Plano Estratégico institucional 2016-2019, este Tribunal estabeleceu, no trimestre, diversas ações para atingir sua visão de futuro - ser reconhecida como uma instituição de excelência, célere e comprometida com a defesa do erário e da boa governança.

O relatório evidencia os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício de controle da gestão pública de forma cada vez mais eficiente, eficaz e efetivo, em benefício da sociedade.

As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pela equipe da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica a partir dos dados e informações enviados pelas unidades desta Corte.

Conselheiro OLAVO REBELO DE CARVALHO FILHO
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

SUMÁRIO

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ.....	06
1.1. Competência e Jurisdição.....	06
1.2. Identidade Organizacional	07
2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO	08
3. ÓRGÃOS COLEGIADOS.....	21
4. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.....	24
5. PRESIDÊNCIA.....	26
5.1. Planejamento Estratégico	26
5.2. Comunicação Institucional.....	27
6. CORREGEDORIA.....	28
7. CONTROLE INTERNO.....	29
8. OUVIDORIA	30
9. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO.....	32
9.1. Controle no âmbito Estadual.....	32
9.2. Controle no âmbito Municipal	35
9.3. Fiscalização em Obras Públicas	37
9.4. Atos de Pessoal para fins de registro.....	41
10. INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS	42
11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	45
12. CONTROLE PROCESSUAL	46
13. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.....	47
13.1. Resultado Orçamentário e Financeiro.....	47
13.2. Gestão de Pessoas	50
13.3. Gestão Patrimonial e de Serviços.....	53
13.4. Gestão de Licitações	56
13.5. Gestão de Contratos	64
14. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....	69



1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ



1.1. Competência e Jurisdição

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí foi criado em 1891, através da primeira Constituição Republicana Estadual (art. 98) e regulamentado pela Lei nº 210, de 01 de julho de 1899, assinada pelo então Governador do Piauí Raimundo Arthur de Vasconcelos. Foi o primeiro Tribunal de Contas a ser instalado no Brasil, precedido apenas pelo Tribunal de Contas da União.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Qualquer pessoa física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gereencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigados a lhe prestar contas.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 86 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei nº 4721/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal de Contas em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere



ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Teresina e jurisdição em todos os órgãos e entidades das administrações direta, indireta e fundacional dos municípios e do Estado do Piauí, compõe-se de sete conselheiros, quatro conselheiros substitutos, cinco procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

1.2. Identidade Organizacional

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores.

- **MISSÃO:**

Exercer o controle externo, mediante orientação, fiscalização e avaliação da gestão dos recursos públicos, visando a sua efetiva aplicação em prol da sociedade.

- **VISÃO:**

Ser reconhecida como uma instituição de excelência, célere e comprometida com a defesa do erário e da boa governança.

- **VALORES:**

Compromisso: estar comprometido com a identidade organizacional (negócio, missão, visão e valores);

Ética: agir de acordo com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Celeridade: atuar com agilidade na execução dos atos de controle externo;

Transparência: agir com clareza e dar publicidade aos atos de controle externo;

Qualidade: garantir a eficiência e a eficácia do controle externo;

Modernidade: adotar métodos, técnicas e tecnologias modernos;

Efetividade: Atingir os resultados propostos e solucionar os problemas existentes, com eficácia e eficiência, mediante ações, projetos e planos desenvolvidos para essa finalidade.



2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO

Além do realizado em cada setor, alocado em campos específicos deste relatório, destacam-se, a seguir, outras ações desta Corte no período de abrangência deste relatório:

No trimestre, dando continuidade ao programa de capacitação voltado aos jurisdicionados e sociedade, esta Corte realizou, entre 2 e 4 de outubro, o XXXV Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante na cidade de Esperantina, que objetivou qualificar os gestores e capacitar os representantes da sociedade civil para o exercício do controle social da gestão pública. O seminário constou de palestras e minicursos sobre temas relacionados à administração municipal, sendo destinado a prefeitos, vereadores, secretários e conselheiros municipais, contadores, advogados, servidores públicos, profissionais liberais e representantes de sindicatos e outras entidades da sociedade civil.

Durante o mês de outubro, o TCE/PI realizou uma série de ações para apoiar o movimento mundial “Outubro Rosa”, que visa chamar atenção, diretamente, para a realidade atual do câncer de mama e a importância do diagnóstico precoce. Complementarmente, recebeu a exposição fotográfica “Márcias da Vida”, de Rossana Sulzer, e disponibilizou o seu site na cor rosa para enfatizar a importância dessa luta contra a doença que mais mata mulheres em todo o mundo.

A Corregedora do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Conselheira Lilian Martins, propôs, em sessão do Pleno, a divulgação efetiva do Código de Ética desta Corte, através da leitura de um ou mais artigos em todas as sessões plenárias do TCE, tendo sido aprovada por unanimidade. O objetivo é fortalecer os princípios que regem o patrimônio moral do Tribunal, internalizados através da visão, missão e valores dessa instituição.

Em 5 de outubro, alunos do 8º período do curso de Direito do Instituto Camilo Filho realizaram uma visita técnica ao TCE/PI, tendo sido recepcionados na Escola de Gestão e Controle (EGC) pelo auditor de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Helano Muller Guimarães, que ministrou uma aula sobre administração dos recursos públicos e funcionamento dos Tribunais de Contas, com a participação do Procurador do Ministério Público de Contas - MPC, Jose Araújo Pinheiro Júnior, professor da disciplina Direito Administrativo II na mesma instituição. Em seguida, participaram da sessão plenária, onde acompanharam o julgamento de processos referentes à administração pública municipal e estadual.

No trimestre em análise, o TCE/PI, a Procuradora Regional Eleitoral do Piauí e os órgãos que compõem a Rede de Controle da Gestão Pública decidiram estabelecer um plano



de atuação conjunta para combater a corrupção nas eleições de 2018. A ideia seria organizar uma força tarefa para fiscalizar e coibir atos como compra de votos, uso de recursos públicos e outras práticas que caracterizem crime eleitoral.

A primeira reunião para discutir o assunto foi realizada em 6 de outubro, na sede no TCE/PI. Participaram, além do TCE/PI, representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Federal (MPF), Controladoria-Geral da União (CGU), GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), Ministério Público Estadual (MPE), além do Tribunal de Justiça, Sindicato dos Urbanitários, Associação Piauiense do Ministério Público (APMP) e outras entidades sindicais e associativas. O encontro também serviu para apresentação do novo procurador regional eleitoral do Piauí, Patrício Noé da Fonseca.

A iniciativa envolve ainda uma campanha de mobilização da sociedade civil, que será lançada oficialmente no dia 9 de dezembro, quando se comemora o Dia Nacional Contra a Corrupção. Instituições e entidades da sociedade civil, como Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Piauí (OAB-PI) e Sindicato dos Médicos do Piauí (Simepi) também deverão se engajar na mesma.

Ainda neste mês, o Tribunal de Contas do Estado e a Associação dos Auditores Controle Externo do TCE/PI, com a presença de seus representantes, entregaram doações de roupas e alimentos não perecíveis à Casa Esperança e Vida, instituição filantrópica que objetiva dar assistência ao portador de câncer. A arrecadação foi feita junto aos servidores, entre os meses de agosto e outubro, a partir de uma mobilização daquela Associação.

Em 9 de outubro, foi realizada nas dependências do Tribunal de Contas do Piauí uma audiência pública para debater questões envolvendo a previdência dos servidores públicos estaduais, com a presença dentre outros, do presidente da Fundação Piauí Previdência, Marcos Steiner e de representantes de sindicatos dos servidores estaduais.

Entre outras questões levantadas pelos servidores, estão a demora no trâmite do processo de aposentadoria, a não aplicação do reenquadramento funcional determinado por lei e a suspensão do abono de permanência no momento em que o servidor solicita a aposentadoria e não após o seu efetivo desligamento. O presidente da Fundação Piauí Previdência destacou os esforços que o Governo do Estado tem feito para que os processos mais antigos sejam priorizados, lembrando das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado e do déficit da Previdência. Devido à ausência de representantes da Secretaria de Administração e da Procuradoria do Estado, o Presidente desta Corte, Olavo Rebelo, solicitou o agendamento de uma reunião com representantes dos sindicatos, da Secretaria de



Administração, da Educação e outros entes, para discutir as propostas para resolução das questões discutidas durante a audiência.

A Rede de Ouvidorias do Estado do Piauí, representada pela sua presidente, Soraya Castelo Branco, participou de reunião realizada no dia 6, nas dependências do TCE/PI, com a presença da Ouvidora desta Corte, Conselheira Waltânia Alvarenga, e do Conselheiro-Substituto Delano Câmara, além do coordenador da Ouvidoria do TCE/PI, Luis Batista, e da secretária da Rede de Ouvidorias, Thaysy de Lima Castro. O objetivo maior do encontro foi traçar estratégias para a realização do levantamento das ouvidorias em todos os municípios piauienses, verificando o seu funcionamento e se operam de acordo com a legislação, a fim de dar sugestões, propor medidas, fazer críticas, elogios, denúncia e reclamações.

O TCE/PI, atendendo aos objetivos do Programa Saúde, Educação e Responsabilidade Social – SER TCE, promoveu a 1ª feira do servidor, no dia 10 de outubro, na Escola de Gestão e Controle da Casa, com exposição de bordados, gastronomia, customização e artigos infantis. Integrando o calendário de eventos em alusão ao mês do servidor do público, a feira objetivou sobretudo a valorização e divulgação dos talentos e outras potencialidades do servidor desta Corte, ampliando sua autoestima e consequente repercussão na saúde e bem-estar, seja nos aspectos físico, emocional, social e profissional.

Nesta mesma data, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí realizou, em Floriano, o III Treinamento do IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal). O evento é destinado à capacitação e orientação de prefeitos, secretários e outros gestores municipais, além de membros das Câmaras municipais e da sociedade em geral sobre o IEGM, ferramenta utilizada pelos Tribunais de Contas de todo o país para medir a eficácia das ações e políticas públicas implementadas pelas prefeituras, obrigatório para todos os gestores municipais a partir do exercício de 2017.

Conselheiros e auditores de Controle Externo do TCE/PI participaram, em Curitiba (PR), do III Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas. O evento foi realizado no Expo Unimed Curitiba e teve por principal objetivo discutir o papel dos Tribunais de Contas e de que forma podem contribuir para melhorar a eficiência da gestão pública, além de definir ações para aprimorar a efetividade do controle externo. Estiveram presentes cerca de 700 pessoas, entre integrantes de Tribunais de Contas do Brasil e de países como Argentina e Angola, gestores e servidores públicos, professores e estudantes.

Nesse evento, durante a apresentação dos dados nacionais do IEGM, (Índice de Efetividade da Gestão Municipal), pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), o centro de estudos dos Tribunais de Contas do país, o TCE/PI, representado pelo seu presidente, Conselheiro Olavo



Rebello, foi homenageado por sua excelência na gestão de projetos, especialmente quanto ao Laboratório Móvel de Análise de Materiais e as decisões de bloqueio de contas de prefeituras e outros órgãos com atraso nas prestações de contas.

Na oportunidade, a conselheira LÍlian Martins também recebeu placa de destaque como membro da diretoria do IRB. Todos os demais Tribunais de Contas do país foram destacados por algum tipo de projeto em execução em seus Estados. Segundo o Presidente do IRB, Conselheiro Sebastião Helvecio, a homenagem é uma forma de reconhecer a excelência da gestão e estimular os Tribunais a implantar e executar projetos inovadores e que contribuem efetivamente para o controle externo.

Duas equipes do TCE/PI integraram, por meio da DGECOR (Diretoria de Gestão de Informação Estratégica e Combate à Corrupção), no dia 24 de outubro, o grupo que deflagrou a 2ª Fase da Operação Escamoteamento, quando foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão e de prisão preventiva em Cocal e Campo Maior, no Piauí; e Tianguá, no Ceará. A operação visou ao combate à fraude em licitações, lavagem de dinheiro e crimes contra a administração pública, e foi executada pelo Ministério Público Estadual, por meio do GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), e Polícia Civil, por meio do Grupo de Repressão ao Crime Organizado (Greco), com apoio desta Corte, da Polícia Rodoviária Federal (PRF), da Polícia Militar (PM-PI), do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU).

Este Tribunal e o Banco do Brasil realizaram no dia 26 desse mês, na dependências da EGC, o Circuito BB de RPPS (Regime Próprio de Previdência Social). O encontro foi uma iniciativa do Banco do Brasil para discutir temas ligados aos regimes próprios de Previdência Social, como gestão, governança, legislação e financiamento, além de abordar perspectivas do cenário econômico do país.

Participaram da abertura membros e técnicos do Tribunal, representantes do Ministério da Previdência Social (MPS) e dirigentes do Banco do Brasil e da BB-DTVM (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A), empresa especialista na gestão de recursos de terceiros e na administração dos fundos de investimento dos clientes do BB, gestores públicos e profissionais liberais. Na ocasião, foi realizada palestra sobre Avaliação Atuarial e Viabilidade Financeira do RPPS e sobre o controle externo exercido pela Comissão Permanente do RPPS por auditores deste Tribunal.

Equipes do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) também participaram da Operação Argentum, deflagrada pela Polícia Federal no dia 26 do mês em questão, para dar cumprimento a mandados de prisão e de condução coercitiva de acusados de desvio de



recursos de precatórios do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Também foram cumpridos mandados judiciais em municípios do Ceará e do Maranhão. Além da PF e do TCE/PI, a operação no Piauí teve a participação da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). A Operação Argentum foi deflagrada com base em inquérito instaurado em abril de 2017, em decorrência de investigação realizada pelo setor de inteligência do TCE/PI e inspeções da CGU, que constataram contratações irregulares, pagamentos e outras movimentações bancárias atípicas com os recursos do Fundef recebidos pelo município.

A partir de setembro de 2017, o TCE/PI regulamentou o uso de recursos de precatórios do Fundef para todos os municípios do Piauí, via acórdão 2.711 A/17 – Processo TCEPI 017.399/2017, que segue o que diz a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional). Cientes desse acórdão, os cidadãos dos municípios podem ajudar o TCE/PI e outros órgãos de controle a fiscalizar a aplicação de tais recursos.

A Rede de Ouvidorias do Estado do Piauí reuniu-se novamente no dia 27 do mês de outubro, na sede do TCE/PI, para discutir a realização de eventos no próximo ano e estratégias de criação e instalação de ouvidorias nos municípios piauienses. A reunião faz parte da mobilização da Rede para fortalecer o papel das ouvidorias no Estado e conscientizar a população da importância desses órgãos para o controle social da gestão pública. Também foi decidido que serão criados novos canais de comunicação nas redes sociais, com a utilização do Facebook, Twitter e Instagram como meios de difusão de informações e atividades dos órgãos e seus participantes, bem ainda a elaboração de uma cartilha educativa voltada a orientar a criação e o funcionamento das ouvidorias nos municípios, além de destacar seu papel nesse processo.

Participaram da reunião a presidente da Rede de Ouvidorias e Ouvidora-Geral do Estado, Soraya Castelo Branco, a Vice-Presidente e Ouvidora do TCE/PI, Conselheira Waltânia Alvarenga, e representantes das ouvidorias do Tribunal de Justiça e do Ministério Público Estadual.

No início do mês de novembro, este Tribunal disponibilizou mais uma ferramenta de transparência para os jurisdicionados, advogados e a sociedade em geral – um canal no Youtube, que possibilita o acesso na íntegra das sessões do TCE/PI, que já são transmitidas ao vivo pelo site do próprio TCE/PI.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, conselheiro Olavo Rebelo, participou, em 6 de novembro, da solenidade de inauguração da nova sede da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) no Piauí, localizada no bairro



Jockey, zona Leste de Teresina, com a presença do Ministro Haroldo Cedraz, que representou o Presidente do TCU, Ministro Raimundo Carreiro, do Ministro Marcos Bemquerer, do Prefeito Firmino Filho e de representantes do Ministério Público Federal, da Assembleia Legislativa e de outros órgãos. Durante a solenidade, Olavo Rebelo e outras autoridades receberam a medalha em comemoração aos 125 anos do TCU.

Nesta data, o TCE/PI iniciou, em Oeiras, o XXXVI Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante, evento destinado à qualificação de gestores e capacitação de cidadãos para o controle social da gestão pública. A abertura oficial ocorreu no Cine-Teatro Oeiras, uma construção de 1940 localizada na Praça das Vitórias, no Centro Histórico da Primeira Capital do Piauí, com a presença de muitas autoridades, prosseguindo no Campus da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com a realização de 18 minicursos sobre temas relacionados à administração pública, como licitações e contratos, normas para a prestação de contas, aplicação de recursos e realização de obras e serviços públicos, dentre outros.

O ex-Presidente do TCE/PI, Conselheiro Luciano Nunes, natural de Oeiras, fez a saudação de abertura aos presentes, destacando a importância do evento para os gestores e para a sociedade. Tais seminários objetivam contribuir para a capacitação dos gestores e o estímulo à participação cidadã na fiscalização da administração pública, com fim na promoção de gestões corretas, eficientes e com resultados concretos para a sociedade.

Durante Sessão Ordinária ocorrida no dia 09 de novembro, esta Corte decidiu pela procedência parcial da denúncia de irregularidades na licitação para a subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina. Por maioria de votos, os conselheiros decidiram desconsiderar um quesito da proposta técnica e pela apresentação de nova proposta de preços pelas concorrentes. O respectivo acórdão foi publicado e encaminhado ao STF para julgamento do mérito sobre a validade ou anulação do contrato firmado entre o Governo do Estado e a Aegea Saneamento para a exploração dos serviços de águas e esgotos de Teresina. Com esse julgamento, e seguindo parecer do Ministério Público de Contas, o Tribunal determinou a reabertura da licitação para a exploração, pela iniciativa privada, dos serviços de águas e esgotos da capital, até então de responsabilidade da Agespisa (Empresa de Águas e Esgotos do Piauí SA).

Dando continuidade à sua política de orientação aos gestores, através da Escola de Gestão e Controle, o TCE/PI realizou, em novembro, em Água Branca (95 quilômetros ao sul de Teresina) e em Barras, respectivamente, o IV e o V Treinamento do IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal). Os eventos objetivaram orientar e capacitar prefeitos,



secretários e outros gestores dos municípios das respectivas regiões, além de membros e servidores das Câmaras e representantes da sociedade sobre o IEGM, ferramenta utilizada pelos Tribunais de Contas de todo o país para medir a eficácia das políticas públicas implementadas pelas prefeituras nas áreas de educação, saúde, gestão fiscal, planejamento, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação.

Os objetivos do índice são compor a consolidação do IEGM Brasil e permitir aos gestores a correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do seu planejamento, contribuir para a transparência e aprimoramento da gestão pública, melhorar a sistemática de acompanhamento e avaliação das políticas públicas, alcançar eficácia e efetividade nas ações de controle externo e fortalecer o controle social.

Em virtude da implantação, a partir de 2018, de nova sistemática para prestação de contas referentes às informações da folha de pagamento e acompanhamento de atos processuais, o TCE/PI disponibilizou, para testes e ajustes antes do seu envio obrigatório, um Ambiente de Homologação para os sistemas de geração, entrega e processamento das respectivas prestações, o Validador Sagres e o Sagres-Web. As atividades dos testes e o cronograma foram disponibilizados no site do TCE/PI.

O Conselheiro substituto do TCE/PI Jaylson Campelo apresentou, no dia 24 do mês em questão, no 29º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado pela Atricon no TCE/GO, em Goiânia, os resultados do Programa de Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas e Marco de Medição de Desempenho dos TCs (MMD-TC) aplicado em 2017, referentes aos dados do último biênio.

O MMD-TC é constituído por 28 indicadores, com até quatro dimensões cada, que medem o desempenho dos Tribunais de Contas em oito domínios: independência e marco legal, estratégia para o desenvolvimento organizacional, estruturas de gestão e apoio, recursos humanos e liderança, agilidade e tempestividade, normas e metodologia de auditoria, resultados de auditoria e comunicação. Foram avaliados nesse segundo ciclo 34 Tribunais de Contas, inclusive o Tribunal de Contas da União, possibilitando estimular o compartilhamento de boas práticas identificadas entre os TCs, aprimorar as diretrizes e os indicadores de auditoria e de gestão de pessoas, entre outras iniciativas.

Ainda nesse Congresso, ocorrido entre 22 e 24 de novembro de 2017, cujo principal tema foi o “Controle Externo: aprimoramento na adversidade”, o Presidente do TCE/PI, Olavo Rebelo, e o Conselheiro Substituto Jaylson Campelo receberam do IRB – Instituto Rui Barbosa, a placa “Pais fundadores dos Tribunais de Contas”, em alusão às três principais personalidades que contribuíram para a criação das Cortes de Contas no Brasil: Manoel Alves



Branco, Ruy Barbosa e Serzedello Corrêa, simbolizando o reconhecimento dos esforços na consolidação do trabalho de fiscalização dos Tribunais de Contas.

Com a presença de membros e servidores das Cortes de Contas de todo o Brasil, as entidades presentes se comprometeram a intensificar a participação no processo legislativo, a aproximação com o Judiciário, além do incentivo à participação da sociedade no controle social, ampliando o monitoramento das políticas públicas, em especial, a educação. Ao final, foi aprovada a Declaração de Goiânia, reiterando o apoio dos órgãos de controle externo à Proposta de Emenda Constitucional nº 22/201, além de priorizar o aprimoramento do MMD-TC - Marco de Medição de Desempenho, que avalia, a cada dois anos, a atuação dos tribunais.

Tendo em vista a instalação da Subsele do TCE/PI no município de Parnaíba, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI), através da Escola de Gestão e Controle - EGC, promoveu, no mês de novembro, uma série de minicursos ministrados por auditores de controle externo para capacitação de prefeitos, secretários, vereadores, contadores e outros profissionais que trabalham com prestações de contas em Parnaíba e região.

Uma equipe do Tribunal de Contas do Piauí, composta pela Conselheira Lilian Martins e os auditores de controle externo Lucine Batista e Hamifrancy Brito Meneses, apresentou, no dia 30/11, o Manual para Elaboração do Plano de Logística Sustentável – PLS dos Tribunais de Contas durante o VII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade, realizado na cidade de Fortaleza, no Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Com elaboração coordenada pela Conselheira Lilian Martins, Presidente do Comitê do Meio Ambiente do IRB – Instituto Rui Barbosa, e alinhado aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Manual contempla uma metodologia para desenvolvimento de um PLS no âmbito dos Tribunais de Contas, com o objetivo de aprimorar práticas sustentáveis, norteados os responsáveis para a realização de diversas etapas, desde os preparativos iniciais, a elaboração propriamente dita do plano, abrangendo o diagnóstico da instituição, a definição de temas, objetivos, indicadores, metas, ações, prazos de execução e responsáveis, bem como sua execução, monitoramento e avaliação.

Em primeiro de dezembro, auditores do TCE/PI participaram da Operação Medium Parnaíba, deflagrada na pela Polícia Civil e Ministério Público Estadual (MPE-PI), com a finalidade de combater o tráfico de drogas na região de Água Branca (98 quilômetros ao sul de Teresina). Eles farão um trabalho de coleta de informações e cruzamento de dados para averiguar possíveis transações realizadas pelos funcionários públicos e outros presos com a



administração pública. A operação foi executada por policiais da Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes (DEPRE), tendo sido cumpridos 45 mandados de prisão e de busca e apreensão em municípios do Piauí, Maranhão e de São Paulo.

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí realizou, em 5 de dezembro, uma campanha de doação de sangue, cuja coleta ocorreu na Escola de Gestão e Controle (EGC) e foi feita por equipe do Hemopi (Centro de Hemoterapia do Piauí), tendo sido a segunda vez que aquela instituição realiza esta ação em parceria com esta Corte. Tal iniciativa é uma forma do TCE/PI, por meio de seus servidores e familiares, contribuir com a manutenção do banco de sangue do Hemopi.

No dia 11 do mês em foco, esta Corte realizou a entrega de presentes da Campanha Papai Noel dos Correios, destinados a estudantes de escolas da rede pública municipal de Teresina. Feita em parceria com diversos órgãos públicos e instituições, a campanha tem por finalidade promover o espírito natalino e ajudar na realização dos sonhos de crianças carentes, além de estimular a educação. A entrega ocorreu com a presença do Papai Noel dos Correios e faz parte da iniciativa de estimular a participação de servidores nesse projeto.

Organizado pela Rede de Controle da Gestão Pública – Piauí, do qual integra, o TCE/PI participou do evento realizado no Parque da Cidadania, no dia 9 de dezembro, em comemoração ao Dia Internacional Contra a Corrupção, cujo objetivo maior foi mostrar ao cidadão o funcionamento da Rede na prevenção e combate à corrupção. Para tanto, o Tribunal disponibilizou um stand com servidores com o objetivo de explicar o funcionamento da instituição, uma equipe da Ouvidoria, abrindo canais de comunicação com o público em geral, assim como expôs equipamentos de engenharia utilizados na fiscalização.

O Presidente do TCE/PI, Conselheiro Olavo Rebelo, e o Conselheiro Kennedy Barros receberam, no mês em óbice, a medalha “Professor Fávila Ribeiro”, outorgada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI). A entrega ocorreu em solenidade na sede do TRE-PI, com a presença de autoridades e homenageados.

Instituída pela Resolução nº 301/2015, a honraria tem por objetivo agraciar autoridades, personalidades e cidadãos em geral que tenham contribuído para o aperfeiçoamento da Justiça Eleitoral. Foi cunhada para a comemoração do 70º aniversário de reinstalação da Justiça Eleitoral no Piauí, e a partir de 1º de janeiro de 2016 passou a constituir classe especial da Medalha do Mérito Eleitoral do Estado do Piauí.

A outorga da medalha a Olavo Rebelo foi proposta pelo desembargador Joaquim Dias de Santana Filho, e a de Kennedy Barros pelo desembargador Edvaldo Moura, vice-presidente e corregedor-regional do TRE-PI, e aprovadas por unanimidade pela Corte do TRE-PI e



representante do Ministério Público Eleitoral. Além dos membros do TCE/PI, foram condecorados ainda o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho 22ª Região (TRT-PI), Francisco Meton Marques de Lima; ao deputado estadual João Madison Nogueira; o secretário Estadual de Cultura, deputado Fábio Novo; e a servidora do Tribunal de Justiça Thania Maria Ferreira de Sampaio.

Em consonância, o TCE/PI também foi homenageado, por meio do Conselheiro Kennedy Barros, com a comenda da Ordem Piauiense do Mérito Judiciário do Trabalho, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TRT-PI) às personalidades que contribuíram para a trajetória do TRT do Piauí. A condecoração ocorreu em sessão solene do dia 07 de dezembro, no auditório da Escola Judicial do TRT (EJUD). Kennedy Barros recebeu a comenda no grau Oficial, por proposição do desembargador Francisco Meton Marques de Lima. Foram homenageados ainda, na mesma solenidade, servidores públicos e diversas autoridades do Executivo, Judiciário e Legislativo.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) e o Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) decidiram atuar em conjunto em processos e operações de recuperação de recursos públicos desviados por agentes públicos. Acordo de cooperação técnica formalizando a parceria foi assinado em 13 de dezembro, na sede do GAECO (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), no bairro Ininga, zona Leste de Teresina, pelo presidente do TCE/PI, conselheiro Olavo Rebelo, e pelo procurador-geral do Estado, Cleandro Moura.

Essa cooperação técnica será colocada em prática por meio do Núcleo de Investigação Patrimonial (NIP), instalado oficialmente naquela data no GAECO, em solenidade com a presença de representantes de todos os órgãos que compõem a Rede de Controle da Gestão Pública no Piauí. Composto por auditores de Controle Externo, promotores de Justiça e técnicos do TCE/PI e MPPI, o NIP vai conduzir processos e desenvolver ações para recuperar recursos públicos desviados em práticas de corrupção na administração pública.

O processo que levou ao bloqueio de recursos dos precatórios do antigo Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) de 11 municípios piauienses, em 2016, rendeu ao Ministério Público de Contas do Piauí (MPC-PI) o prêmio Destaque em 2017 no 1º Concurso Talentos do MPC Brasileiro, promovido pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC).

O concurso do CNPGC premiou os MPCs de todo o país nas categorias Combate à Corrupção e à Má Gestão, Defesa Institucional, Direitos Fundamentais, Inovação e Destaques em 2017. Além do MPC-PI, ganharam o prêmio Destaques em 2017 os MPCs do Maranhão e do Tocantins. Na divulgação do resultado do concurso, o CNPGC recomenda que as



iniciativas, projetos e ações que concorreram, “por suas relevâncias, sejam adotados e seguidos em todo o país”.

O pedido de bloqueio dos precatórios foi feito pelo procurador-geral de Contas Plínio Valente Ramos Neto, ainda em outubro de 2016, e aprovado pelo Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI). No total, foram bloqueados R\$ 338.384.877,59 pagos pela União aos municípios, a título de precatórios. A medida permitiu um amplo debate sobre a matéria, o que resultou na edição da Instrução Normativa TCE/PI nº 27/2016, que regulamentou o tema, e na Decisão nº 02/17, que fixou a aplicação dos precatórios em 60% no magistério e 40% em manutenção e outras despesas com escolas, além de veto ao pagamento dos honorários advocatícios com os recursos.

Na sessão plenária do dia 14 do corrente mês, Plínio Valente foi saudado e parabenizado pelo presidente do TCE/PI, conselheiro Olavo Rebelo, e por todos os demais conselheiros presentes, pelo prêmio recebido em concurso nacional do CNPGC, demonstrando a atuação firme e efetiva do Ministério Público de Contas do Piauí no controle externo e em defesa da boa gestão.

Audidores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI) participaram, ainda, em 14 de dezembro, da Operação Bons Princípios, que cumpriu 13 mandatos de busca e apreensão em Teresina e nas cidades de Bom Princípio do Piauí, Parnaíba e Luís Correia. Os mandatos de busca e apreensão objetivam colher documentos que comprovem fraudes em concurso público e outras despesas.

Executada pelo Grupo de Repressão ao Crime Organizado (Greco), da Polícia Civil, com apoio do TCE/PI, Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério Público Estadual (MPPI), a operação objetivou desarticular um grupo criminoso suspeito de fraude no concurso público da prefeitura de Bom Princípio do Piauí, a 288 quilômetros ao norte de Teresina. Os técnicos do TCE/PI fizeram a coleta de informações, que deverão ser cruzadas com outros dados levantados pela Polícia Civil e outros órgãos participantes da operação, para verificar eventuais crimes e outras irregularidades no concurso e na realização de outras despesas da administração pública.

Encerrando as ações anuais de capacitação no tema, o TCE/PI, através de seus técnicos e com o apoio da Escola de Gestão e Controle - EGC, realizou, em 15 de dezembro, o Treinamento do IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal) para gestores de Campo Maior e municípios da região. O evento aconteceu na Câmara Municipal e foi aberto pelo Presidente do TCE/PI, Conselheiro Olavo Rebelo, e pelo Prefeito de Campo Maior, José de Ribamar Carvalho, o Ribinha (PT), além de outras autoridades.



Foi o sétimo treinamento do IEGM realizado este ano pelo TCE/PI, cujo maior objetivo é capacitar e orientar prefeitos, gestores municipais e a sociedade civil sobre essa ferramenta, utilizada hoje por todos os Tribunais de Contas do país para avaliar e medir a efetividade das ações e políticas públicas implantadas nos municípios.

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí foi ainda agraciado com a Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado do Piauí “Darcy Fontenelle de Araújo”, em solenidade realizada em 18 de dezembro, na Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí, em evento que marcou as comemorações do Dia Nacional do Ministério Público.

O vice-presidente do TCE/PI, conselheiro Abelardo Pio Vilanova, recebeu a medalha das mãos do procurador-geral de Justiça do Estado, Cleandro Moura, que explicou que a condecoração se deve aos relevantes serviços prestados pelo Tribunal de Contas ao Ministério Público, por meio de parcerias e ações conjuntas de fiscalização e controle da gestão pública. Ao todo, 17 personalidades e instituições foram agraciadas – entre elas a vice-governadora Margarete Coelho, o prefeito de Teresina, Firmino Filho, a arqueóloga Niède Guidon, o auditor da Controladoria-Geral da União Leonel Alves de Melo e o auditor do Tribunal de Contas da União Helano Müller Guimarães.

Lembrando que o foco da atuação do TCE/PI em 2017 foi o combate a fraudes em licitações, esta Corte encerrou 2017 com 1.345 processos julgados, 95 licitações suspensas e aproximadamente R\$ 10 milhões em multas aplicadas e débitos imputados a gestores e ex-gestores por descumprimento de normas legais e irregularidades na aplicação de recursos públicos.

Os julgamentos se referem à soma dos processos apreciados pelo Plenário e pela 1ª e 2ª Câmaras do Tribunal, e incluem prestações de contas de órgãos do Estado e dos municípios, denúncias e representações, registros de atos de pessoal (processos de aposentadoria, admissões, demissões, etc.) e apreciação de consultas feitas pelos jurisdicionados ao TCE/PI.

Os débitos já consolidados imputados a gestores e ex-gestores por irregularidades nas prestações de contas totalizam R\$ 8,650 milhões, cujas certidões já foram encaminhadas à Procuradoria-Geral do Estado e aos municípios para a execução das dívidas junto aos gestores e ex-gestores condenados. Mas há também outros milhões em débitos imputados ainda em fase de recursos.

Foram também aplicadas multas de 430 mil UFR-PI (Unidade Fiscal de Referência do Piauí) a gestores e ex-gestores por descumprimento de prazos na entrega das prestações de contas e outras sanções administrativas, em um montante aproximado de R\$ 1,400 milhão. Neste sentido, por decisão dos conselheiros do TCE\PI, foram ainda suspensos 95 processos



licitatórios realizados pelos municípios e órgãos do Estado, por indícios de fraudes, direcionamento e outras irregularidades.

O TCE/PI também decidiu que vai intensificar, em 2018, a fiscalização sobre os gastos do Estado e dos municípios nas áreas de saúde, educação e segurança pública. O objetivo é coibir fraudes e garantir a aplicação correta e efetiva do dinheiro público nessas áreas, que concentram a maior parte dos recursos orçamentários do Estado e dos municípios, além de ser objeto do maior número de denúncias de irregularidades levadas pela população ao TCE/PI por meio de sua Ouvidoria.



3. ÓRGÃOS COLEGIADOS

Compete à Secretaria das Sessões – SS acompanhar as atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal. A partir de seu relatório estatístico, extrai-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

- Decisões proferidas pelos colegiados

DOCUMENTOS EMITIDOS	TOTAL
Acórdão	371
Parecer	22
Resolução	8
Projeto de Resolução	0
TOTAL	401

- Decisões proferidas por tipo de parecer

PARECER	TOTAL
Aprovação	0
Aprovação c/ Ressalvas	18
Reprovação	4
TOTAL	22

- Processos julgados por órgão deliberativo

ÓRGÃOS	SESSÕES	PROCESSOS
Plenária	8	160
Primeira Câmara	11	53
Segunda Câmara	9	70
TOTAL	28	283

- Processos julgados por tipo

PROCESSOS JULGADOS	TOTAL
Aposentadoria	3
Admissão de Pessoal	11
Prestação de Contas	44
Pedido de Reexame/Recurso / Embargo / Agravo Regimental / Pedido de Revisão	85
Outros	140
TOTAL	283



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

- Processos apreciados por Relator

RELATORES	PROCESSOS JULGADOS
Olavo Rebêlo	0
Luciano Nunes	37
Abelardo Vilanova	31
Kennedy Barros	38
Waltânia Alvarenga	37
Lilian Martins	25
Kleber Eulálio	28
Jaylson Campelo	31
Delano Câmara	17
Jackson Veras	23
Alisson Araújo	9
TOTAL	276
Sem Relator	7
TOTAL	283

- Decisões monocráticas

RELATORES	PROCESSOS APRECIADOS
Luciano Nunes	92
Abelardo Vilanova	85
Kennedy Barros	81
Waltânia Alvarenga	103
Lilian Martins	105
Kleber Eulálio	42
Jaylson Campelo	153
Delano Câmara	126
Jackson Veras	98
Alisson Araújo	99
TOTAL	984

- Certidões solicitadas por jurisdicionados

ATIVIDADES DESEMPENHADAS	TOTAL
Apreciação de Contas	183
Inativação	8
Trânsito em Julgado	1.287
Diversas	1.450
TOTAL	2.928



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

- Controle de multas

ATIVIDADES DESEMPENHADAS	TOTAL
Certidões expedidas	592
Parcelamento de dívidas	40
Montantes de multa enviados	60.750
Cancelamento ou transferência de multa	-
Boletos de multas enviados	283
Processos de cobrança de multa abertos	85
Processos encaminhados à Procuradoria Geral do Estado	307
Processos enviados à Presidência para fazer decisão de encaminhamento para P.G.E.	-
TOTAL	62.057



4. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas do Piauí é instituição permanente e essencial às funções jurisdicionais do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, regendo-se pelos princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e, em especial, da independência funcional, que garante a liberdade de atuação de seus membros, vinculando-os apenas à Lei e à Constituição.

Segundo o ordenamento jurídico em vigor, o órgão é composto por cinco Procuradores, sob a chefia do Procurador-Geral, nomeado pelo Governador do Estado do Piauí para um mandato de dois anos, sendo vedada a recondução, nos termos dos artigos 51 e 52 da Lei Estadual nº 5.888, de 19 de agosto de 2009.

Atuando perante o Tribunal de Contas, compete ao Ministério Público de Contas emitir parecer sobre todos os processos referentes ao controle externo; comparecer às sessões e dizer o direito, verbalmente ou por escrito; interpor os recursos previstos em lei; propor medidas cautelares e incidentes processuais, inclusive o incidente de inconstitucionalidade; levar ao conhecimento das autoridades competentes a ocorrência de fatos ou atos ilegais chegados ao seu conhecimento em razão do cargo; velar, supletivamente, pela execução das decisões do Tribunal; requisitar documentos e informações, dentre outras medidas previstas em lei.

Desse modo, o Ministério Público de Contas do Piauí desempenha a relevante missão de guarda da lei e fiscal de sua execução no âmbito do controle externo da Administração Pública Estadual e Municipal, apresentando-se como um forte aliado da sociedade no combate à corrupção e à malversação do dinheiro público.

Na tabela a seguir, destaca-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

Nº	ASSUNTO	PROCURADORES										TOTAL		SALDO
		RAÍSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO		Entr	Saíd	
1.0	TRAMITAÇÃO PROCESSOS/PARECERES	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	31.12.17
1.1	Benefício (Inativação e Pensão)	206	267	13	12	206	203	206	229	200	214	831	925	26
1.2	Admissão de Pessoal	12	15	8	8	7	7	12	12	3	4	42	46	6
1.3	Prest.Ctas.Prefeituras/Aut.Esp./Tom.Contas	9	12	5	6	12	13	12	11	10	5	48	47	16
1.4	Prest.Ctas.Órgãos/Aut.Esp./Tom.Contas	20	21	19	12	10	10	10	15	18	13	77	71	55
1.5	Denúncia/Representação	30	40	75	71	56	58	40	46	37	38	238	253	30
1.6	Recurso/Pedido Reexame/Pedido Revisão	20	31	24	27	39	39	26	31	26	31	135	159	14
1.7	Consulta	3	3	0	0	1	0	1	1	1	1	6	5	1
1.8	Sol.Auditoria/Aud.Operacional/Contr./Convênio	6	4	2	2	3	1	0	0	0	1	11	8	6
1.9	Proc. Adm./Sindic./Resol./Solic./Inc.Processual	1	1	4	1	0	0	0	0	1	1	6	3	6
1.10	Termo de Ajuste de Gestão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL (1.1 a 1.10)		307	394	150	139	334	331	307	345	296	308	1394	1517	161



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

2.0	PROCEDIMENTOS INICIADOS PELO MPC	RAÍSSA	PLÍNIO	JÚNIOR	LEANDRO	MÁRCIO	TOTAL
2.1	Representação	0	19	9	10	16	54
2.2	Recurso Interposto/Pedido de Revisão	0	0	0	0	0	0
2.3	Memorando de Encaminhamento de Denúncias	0	0	0	0	0	0
2.4	Reun.Instituc./Reun.Admin./Aud.Gestor/Evento	0	0	0	0	0	0
2.5	Recomendação/Convênio/Ato de Cooperação	0	0	0	0	0	0
2.6	Ofícios Enviados a Órgãos Externos	0	0	0	0	15	15
2.7	Proposta de Alteração de Legislação	0	0	0	0	0	0
2.8	Incidente de Inconstitucionalidade	0	0	0	0	0	0
2.9	Prop. Adm/Prop. de Orient. Jurisprudencial	0	0	0	0	0	0
2.10	Pedido de Inspeção	0	0	0	0	0	0
TOTAL (2.1 a 2.10)		0	19	9	10	31	69



5. PRESIDÊNCIA

Destaca-se abaixo o quantitativo dos principais documentos emitidos pela Presidência no período:

ÁREA	TIPO DE ATO	QUANTIDADE
Chefia de Gabinete da Presidência	Decisão Monocrática	2
	Portaria	16
	Despacho	1098
Comunicação, Relações Públicas e Cerimonial	Despacho	19
	Orçamento	4
Consultoria Técnica	Informação	19
	Despacho	30
	Parecer	59
Secretaria da Presidência	Memorando	4
	Portaria	285
	Despacho	611
	Ofício	684
TOTAL		2831

5.1. Planejamento Estratégico

Compete à Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica – APGE coordenar e fomentar o Planejamento Estratégico do Tribunal, além de exercer atividades correlatas. Destacam-se abaixo as principais atividades desenvolvidas pela APGE no trimestre:

ATIVIDADES
Gerenciamento da execução das ações do Plano Estratégico 2016-2019
Reunião de apresentação das metas apuradas no terceiro trimestre de 2017
Reunião de apresentação do resultado da aplicação do MMD-TC no TCE/PI
Continuação do projeto de Redesenho dos Processos do TCE/PI – área finalística: mapeamento, fixação de prazo de início e fim de cada etapa do processo e manualização dos procedimentos do processo de Prestação de Contas
Elaboração do Relatório Trimestral de atividades do TCE/PI referente ao terceiro trimestre de 2017
Acompanhamento das metas de todas as unidades do Tribunal
Acompanhamento mensal do estoque de processos de prestação de contas não julgados
Suporte contínuo através de atendimento a todas as unidades do Tribunal



5.2. Comunicação Institucional

A Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado do Piauí visa prioritariamente informar aos seus públicos sobre as ações e o trabalho executado pela instituição, ampliando o grau de conhecimento dos cidadãos sobre a Corte e disseminando a importância social e pública do Controle Externo.

Compete a Assessoria de Comunicação Social a divulgação institucional do TCE/PI apropriada para:

- **Jurisdicionados** - informações de caráter técnico;
- **Público Interno** - dados e informações de caráter funcional;
- **Público Externo** - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário, social e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Na tabela a seguir, destaca-se a Assessoria de Comunicação em números no período:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Releases	71
Postagens nas redes sociais	23
Criação de artes gráficas	22
Visualizações no site do TCE	561.755
Alcance das publicações nas redes sociais (pessoas)	34.206

As ações da Assessoria de Comunicação no 4º trimestre auxiliaram o TCE/PI a difundir o trabalho de fiscalização para a sociedade. A equipe da Seção de Comunicação Social fez a cobertura de importantes eventos como Seminários de Controladores Sociais, Congresso dos Tribunais de Contas e Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.

Em outubro, houve divulgação interna e externa da valorização do servidor do TCE promovida pelo Programa SER TCE com a Semana do Servidor e também divulgação de cursos e informações para o jurisdicionado sempre buscando contemplar seus públicos alvos na produção de notícias.

Em dezembro, a Seção de Comunicação participou ativamente da organização do evento da Rede Controle em homenagem ao Dia Internacional do Combate à Corrupção realizado no Parque da Cidadania.



6. CORREGEDORIA

A Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Piauí é um órgão com a missão de garantir o controle da conduta funcional, firmados nos princípios éticos e legais, mediante a realização de fiscalização, recomendação, correição e mediação, com a finalidade de assegurar a regularidade funcional.

Outrossim, pretende proporcionar a eficiência das atividades institucionais ante o aprimoramento das rotinas internas e adotar programas de prevenção de infrações disciplinares.

Missão

Prestar serviços efetivos e eficientes por meio da orientação, fiscalização e controle das atividades institucionais e de planejamento. Além da conduta disciplinar de membros e servidores da Corte de Contas.

Visão

Ser reconhecida pela sociedade, pelos membros e servidores da Corte de Contas como órgão acessível, ético e eficiente na realização das suas atividades.

Valores

Ética, humanidade, legalidade, impessoalidade, comprometimento, inovação, celeridade, eficiência, publicidade e transparência.

Na tabela a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados pela Corregedoria Geral no quarto trimestre:

ATIVIDADES EXECUTADAS	QUANTIDADE
Elaboração de ofícios e memorandos	02
Portarias publicadas	02
Elaboração de Parecer e despachos	04
Procedimento Preliminar Disciplinar	02
Proposta de Resolução	01
Notificação	02
Correição	01
Recomendação	01
Audiências de Procedimentos Disciplinares	02
Processo Administrativo Disciplinar	02
Sindicância	01
Julgamentos	02



7. CONTROLE INTERNO

Compete à Controladoria do Tribunal de Contas verificar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência, eficácia e economicidade, da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas; avaliar o cumprimento das metas previstas pelo Tribunal de Contas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); exercer o controle dos direitos e haveres da instituição; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Compete, ainda, à Controladoria emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente do Tribunal de Contas e sobre as contas daqueles que, por delegação, ordenarem despesas ou praticarem atos de gestão no âmbito do Tribunal de Contas; realizar, por iniciativa própria ou do Plenário do Tribunal de Contas, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas da Instituição; avaliar a exatidão das informações contidas nos processos de admissão, de concessão de aposentadoria e pensão, e de revisão de proventos do Tribunal de Contas; manter intercâmbio com Unidades de Controle Interno de órgãos e entidades da Administração Pública; acompanhar denúncias oriundas da ouvidoria em matéria de sua competência; acompanhar a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal - RGF; elaborar o Plano Anual de Auditoria; expedir recomendações à Presidência do Tribunal; representar ao Plenário do Tribunal sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

ATIVIDADES
1) PARECERES - 02 pareceres sobre prestações de contas mensais do TCE/PI - 02 pareceres sobre processos licitatórios - 01 parecer sobre FMTC
2) MINUTA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA - Revisão das diretrizes para implantação do Sistema de Controle Interno, no âmbito das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.



8. OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal democrático de diálogo destinado a disseminar informações e a receber manifestações dos cidadãos, incluindo reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de informações.

Ela cria e amplia os canais de comunicação entre o Estado e a Sociedade e aposta na construção transparente, coletiva e participativa. É uma oportunidade de participação ativa do cidadão na missão de controlar a Administração Pública do Estado e dos Municípios piauienses, e contribuir para o aprimoramento dos serviços do TCE.

• Serviços ofertados pela Ouvidoria

Orientação ao cidadão acerca das formas de se estabelecer contato com o TCE.

Recebimento e tratamento de todas as manifestações que estejam relacionadas à atuação do TCE com isenção e imparcialidade, e mesmo com sigilo, nos casos em que o mesmo for solicitado e que a legislação permita.

Encaminhamento das demandas às áreas responsáveis para o seu tratamento e manter o cidadão informado sobre o andamento e resultados.

Realização e mediação de conflitos de interesses entre o cidadão e o gestor público.

Identificação das oportunidades e melhoria da Instituição.

Realização de atividades em parceria com a Escola de Contas e com a Rede de Ouvidorias Estadual (Rede Ouvir), para promover o exercício da cidadania e contribuição para o controle social.

• Tipos de manifestação recebidos pela ouvidoria do TCE/PI

Pedidos de Informação – Qualquer interessado poderá requerer informações do seu interesse ao TCE/PI, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação solicitada, conforme art. 10 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Importante ressaltar que o pedido não precisa apresentar justificativa, e que o TCE/PI terá 20 (vinte) dias para apresentar resposta definitiva, podendo prorrogar este prazo uma vez, motivadamente, por mais 10 (dez) dias.

Reclamações / Elogios / Sugestões – Qualquer usuário poderá qualificar as ações do TCE/PI ou de seus funcionários, seja elogiando uma atuação positiva, seja criticando ações que não estão funcionando a contento, ou mesmo apresentando sugestões para um melhor atendimento e atuação deste Tribunal. Nenhuma destas formas de manifestação exige a identificação do usuário, embora ele possa se identificar, caso deseje.

Comunicações de Irregularidades – Qualquer interessado poderá informar ao TCE/PI circunstâncias onde, no seu entendimento, estejam presentes indícios de irregularidades ou ilegalidades na atuação de agentes ou entidades da Administração Pública do Estado do Piauí ou de qualquer um de seus municípios, a fim de que o TCE/PI tome ciência da situação e possa agir com maior rapidez. Esta manifestação não é equivalente ao processo formal de denúncia, e também não exige a identificação do usuário.



- **Canais de comunicação**

Portal: <http://www.tce.pi.gov.br/transparencia/ouvidoria/>

E-mail: ouvidoria@tce.pi.gov.br

Telefone: (86) 3215-3987 / (86) 3215-3985 / (86) 3215-3839 / (86) 3215-3843

Correspondência: Av. Pedro Freitas, 2100 – Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64018-900

Formulários de manifestações ao TCE/PI (Central do Cidadão)

Atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Cidadão, localizado no térreo do edifício-sede do TCE/PI

Destaca-se abaixo o quantitativo dos principais procedimentos realizados pela Ouvidoria no período:

ESPECIFICAÇÃO	NO TRIMESTRE
Encaminhar demandas ao setor competente (todas as demandas que foram encaminhadas à Ouvidoria via e-TCE, e que foram posteriormente encaminhadas a outros setores)	59
Responder demandas de pronto atendimento (todas as demandas que foram respondidas pela Ouvidoria por meio digital ou pessoal, mas que não geraram código de protocolo no sistema eTCE)	350
Elaborar documentos técnicos/pareceres de baixa complexidade (todas as demandas que geraram protocolo no eTCE, sejam processos ou documentos, e excetuados os Termos de Encaminhamento)	85
Elaborar documentos técnicos/pareceres de média complexidade (todos Termos de Encaminhamento enviados os setores responsáveis)	03
Elaborar documentos técnicos/pareceres de alta complexidade (relatórios elaborados em casos específicos, de maior complexidade)	00
TOTAL	497



9. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

9.1. Controle no âmbito Estadual

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades do Estado, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAE I	DFAE II	DFAE III	DFAE IV	DFAE V	TOTAL
01	Inspeções/Auditorias realizadas	-	10	12	16	-	-	38
02	Relatórios emitidos de Auditorias	-	02	-	-	01	01	04
03	Relatórios emitidos de solicitação de informações	-	02	08	06	01	11	28
04	Relatórios emitidos de denúncias	-	02	03	01	02	03	11
05	Relatórios emitidos de Consultas	-	-	-	-	-	01	01
05	Relatórios emitidos de Tomada de Contas Especial	-	01	15	01	-	-	17
06	Relatórios emitidos de Contraditórios de Tomada de Contas Especial	-	-	-	-	03	-	03
07	Certidões	-	-	-	-	02	-	02
08	Relatórios de processos reinformados	-	-	01	-	-	-	01
09	Relatório de Acompanhamento	-	-	01	-	-	-	01



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAE I	DFAE II	DFAE III	DFAE IV	DFAE V	TOTAL
	de Decisão							
10	Relatórios emitidos de Representação	-	-	-	-	-	-	-
11	Relatórios emitidos de contraditórios	-	-	-	-	20	-	20
12	Ofícios respondidos	-	02	-	01	02	-	05
13	Relatórios Concomitantes	-	09	-		-	03	12
14	Relatórios emitidos de Contraditórios de Auditorias concomitantes					01	01	02
15	Relatórios emitidos de Contraditórios de Denúncias						03	03
12	Outras atividades desenvolvidas	<p>1. Participação no I Fórum Estadual de Controle Interno, como ministrante do minicurso Prestações de Contas ao TCE;</p> <p>2. Esclarecimentos de dúvidas aos jurisdicionados estaduais, pelo telefone, email e de forma presencial;</p> <p>3. Participações de Reuniões da Rede de</p>	<p>1 Ajustes no SERCA;</p> <p>2 Pesquisas em diários Oficiais sobre licitações e contratos;</p> <p>3 Consultas ao SIAFEN/infofolha/SISCON por solicitação de outros setores do TCE;</p> <p>4. Atendimento a jurisdicionados</p> <p>5. Atualização da Instrução Normativa DFAE</p>	<p>1. Atendimento aos jurisdicionados, em especial a SESAPI quanto ao acompanhamento das prestações de contas dos hospitais e Coordenações do interior.</p> <p>2. Acompanhamento de licitações na Capital ;</p> <p>3. Atendimentos a outros setores;</p> <p>4. Pesquisas no Infofolha para outros setores do TCE;</p>	<p>1. Pesquisas em diários oficiais sobre licitações e contratos;</p> <p>2. Consulta ao Infofolha por solicitações de outros setores deste TCE.</p> <p>3. Resposta a Notas de alerta da Ouvidoria sobre licitações.</p>	<p>1 Levantamento do excesso de arrecadação nos Diários Oficiais do Estado;</p> <p>2. Acompanhamento da legislação estadual publicada nos Diários Oficiais do Estado no terceiro trimestre de 2017;</p> <p>3. Esclarecimento de dúvidas aos jurisdicionados estaduais;</p> <p>4. Análise do Balanço Geral do Estado;</p>	<p>1. Pesquisas em Diários Oficiais sobre licitações, contratos, acompanhamento de despesas, suplementações/anulações orçamentária;</p> <p>2. Solicitações diversas de escaneamento de documentos comprobatório dos achados e respectivas conferências.</p> <p>3. Controle de processos (conferência e organização de documentos digitalizados ou sua numeração em relatórios e processos em geral).</p> <p>4. Participação em cursos por parte dos servidores veteranos e os que</p>	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAE I	DFAE II	DFAE III	DFAE IV	DFAE V	TOTAL
		<p>Controle, Comitê de Gestores, Comitê de TI;</p> <p>4. Participação de reuniões da Comissão de Transição;</p> <p>5. Participação em curso sobre o SIAFE/PI</p> <p>6. Planejamento das atividades para o exercício de 2017;</p>				<p>5. Acompanhamento dos demonstrativos da LRF.</p>	<p>ingressaram nos quadros do TCE no segundo trimestre;</p> <p>5. Diligências externas para instrução de procedimentos de inspeção e denúncia</p> <p>6. Participação em Comitê para reformulação do Sistemas Licitações WEB e contratos WEB, tanto na parte operacional, de desenvolvimento, quanto na reformulação da Resolução de regência.</p> <p>7. Suporte operacional as outras divisões da DFAE na atuação concomitante.</p> <p>8. Participação em Auditoria Operacional do Sistema Prisional – Coordenada TCU.</p>	



9.2. Controle no âmbito Municipal

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades dos Municípios, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAM I	DFAM II	DFAM III	DAFM IV	DFAM V	DFAM VI	DFAM VII	TOTAL
01	Prestações de contas em andamento ou finalizadas	-	03	-	-	32	25	02	02	64
02	Inspeções/Auditorias em andamento ou finalizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
03	Relatórios de prestações de contas	-	27	-	26	15	25	29	31	153
04	Relatório de contraditório	-	02	50	05	02	07	02	-	68
05	Relatórios de denúncias/representações	52	13	-	02	11	06	02	28	114
06	Relatórios emitidos de tomada de contas/autuação especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
07	Relatórios emitidos de recursos/pedidos de revisão	-	-	25	-	-	-	-	-	25
08	Relatórios de processos reinformados	-	-	04	-	-	-	-	-	04
09	Relatórios de Auditorias/ Inspeções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Relatórios de consultas	-	-	01	-	-	-	-	-	01
11	Relatórios de acompanhamento de licitações	-	-	-	-	01	-	-	-	01
12	Análise de processos licitatórios	-	01	-	-	-	-	-	-	01
13	Ofícios respondidos	39	05	-	02	02	06	18	02	74
14	Certidões/Declarações emitidas	74	01	-	-	02	-	-	-	77
15	Inspeção <i>in Loco</i>	-	-	-	-	16	-	-	-	16



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAM I	DFAM II	DFAM III	DAFM IV	DFAM V	DFAM VI	DFAM VII	TOTAL
16	Análise do Contraditório de processos de Denúncias/Inspeção/Representações	-	-	04	-	-	-	-	-	04
17	Análise concomitante (quantidade de municípios monitorados)	-	41	-	41	22	41	41	42	228
18	Relatório do contraditório – Concomitante de Fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19	Notas de Alerta da Ouvidoria	-	01	-	-	-	01	01	-	03
20	Memoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21	Embargos de Declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22	Alertas da LRF	192	-	-	-	-	-	-	-	192

Obs.:1) Análise concomitante incluiu as seguintes atividades:

- Monitoramento das publicações oficiais no Diário Oficial dos Municípios;
- Monitoramento das movimentações bancárias nos sistemas do Banco do Brasil;
- Monitoramento da documentação enviada via sistema Documentação Web (homologar/rejeitar/comunicar);
- Monitoramento dos avisos de licitações no sistema Licitações Web.

2) Outras atividades desenvolvidas pela Diretoria e Divisões Técnicas: Atendimento ao público, tramitação de processo no sistema de protocolo, instrução processual, assessoramento aos sistemas eletrônicos (SAGRES, Licitações Web e Documentações Web), elaboração de Manual de Procedimentos, treinamento para realização de monitoramento.



9.3. Fiscalização em Obras Públicas

Compete à Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – DFENG desenvolver atividades de controle relacionadas à aplicação de recursos públicos em obras e serviços de engenharia a cargo dos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

- Relatórios finalizados:

	PROCESSO	JURISDICIONADO	TIPO PROCESSO	EXERCÍCIO
1	TC/015725/2016	SESAPI	Preliminar	2016
2	TC/010980/2015	DETRAN	Contraditório	2015
3	TC/003174/2016	SEINFRA	Informação	2016
4	TC/003190/2016	SETRANS	Informação	2016
5	TC/012636/2016	PM Colônia do Gurguéia	Recurso de Reconsideração	2008
6	TC/017102/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
7	TC/013824/2017	PM Picos	Preliminar	2017
8	TC/017606/2017	SETRANS	Contraditório	2017
9	TC/006714/2016	SEGOV	Informação	2016
10	TC/016743/2014	SEINFRA	TCE - Preliminar	2008/2014
11	TC/006230/2017	DETRAN	Contraditório	2017
12	TC/014439/2016	SETRANS	Preliminar	2016
13	TC/014392/2015	PM São João do Arraial	TCE - Contraditório	2008/2014
14	TC/006752/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
15	TC/006674/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
16	TC/017105/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014

- Relatórios em andamento:

	PROCESSO	JURISDICIONADO	TIPO	EXERCÍCIO
1	TC/013637/2017	TJ	Informação	2009
2	TC/019316/2017	SESAPI	Preliminar	2017
3	TC-E-039541/2012		Relatório	
4	TC/004600/2016	DER	Preliminar	2013



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

	PROCESSO	JURISDICIONADO	TIPO	EXERCÍCIO
5	TC/004975/2016	DER	Preliminar	2015
6	TC/017711/2013	ALEPI	Contraditório - complementar	2013
7	TC/012080/2015	SETRANS	TCE - Contraditório	2013/2015
8	TC/020098/2015	PM Cocal	Preliminar	2013
9	TC/016071/2016	PM Palmeirais	Recurso de Reconsideração	2011
10	TC/007141/2017	PM Campo Maior	Preliminar	2017
11	TC/001800/2017	SEMA - THE	Preliminar	2017
12	TC/014781/2014	SSP	Contraditório	2014
13	Doc (providenciar autuação)	SEDET	Preliminar	2016
14	TC/014411/2017	DER	Preliminar	2016
15	TC-E-007427/2011	AGESPISA	Sumário Executivo	2005/2011
16	---	Diversos municípios	Relatório	2013
17	TC/007994/2016	PM Jerumenha	Preliminar	2016
18	TC/002975/2017	PM São Miguel da B. Grande	Preliminar	2016
19	TC/002979/2017	PM São Miguel da B. Grande	Preliminar	2016
20	TC/004129/2017	PM Esperantina	Preliminar	2015
21	TC/004103/2017	PM São José de Peixe	Preliminar	2017
22	TC/011361/2014	DETRAN	Preliminar	2014
23	TC/017725/2016	PM Dirceu Arcoverde	Preliminar	2015
24	TC/014560/2017	PM Belém do Piauí	Recurso de Reconsideração	2015
25	TC/016664/2016	FUESPI	Preliminar	2016
26	TC/003554/2017	PM Vila Nova	Preliminar	2017
27	TC/012093/2016	PM Miguel Alves	Preliminar	2016
28	TC/012095/2016	PM Miguel Alves	Preliminar	2016
29	TC/010732/2017	PM Santa Luz	Preliminar	2016
30	TC/010733/2017	PM Santa Luz	Preliminar	2016
31	TC/020987/2016	PM Manoel Emídio	Preliminar	2016
32	TC/009208/2017	PM Colonia do Gurgueia	Preliminar	2016
33	TC/010603/2017	PM Colonia do Gurgueia	Preliminar	2016
34	TC/010604/2017	PM Colonia do Gurgueia	Preliminar	2016
35	TC/008970/2016	PM Piripiri	Preliminar	2015
36	TC/018281/2017	PM São Francisco do Piauí	Preliminar	2017
37	TC/019420/2016	PM Cristino Castro	Preliminar	2016



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

	PROCESSO	JURISDICIONADO	TIPO	EXERCÍCIO
38	TC/009288/2014	EMGERPI	Preliminar	2014
39	TC/006937/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
40	TC/004235/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
41	TC/004394/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
42	TC/011703/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
43	TC/006941/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
44	TC/013049/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
45	TC/011650/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
46	TC/013050/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
47	TC/012823/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
48	TC/012820/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
49	TC/008297/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
50	TC/014504/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
51	TC/015009/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
52	TC/005921/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
53	TC/005922/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
54	TC/015575/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
55	TC/013921/2016	IDEPI	TCE - Contraditório	2014
56	TC/014794/2014	DER	Contraditório	2014
57	TC/013923/2016	IDEPI	Informação	2014
58	TC/004236/2016	IDEPI	Informação	2014
59	TC/006938/2016	IDEPI	Informação	2014
60	TC/006940/2016	IDEPI	Informação	2014
61	TC/010676/2016	IDEPI	Informação	2014
62	TC/013922/2016	IDEPI	Informação	2014
63	TC/010678/2016	IDEPI	Informação	2014
64	TC/005923/2016	IDEPI	Informação	2014
65	TC/005924/2016	IDEPI	Informação	2014
66	TC/005925/2016	IDEPI	Informação	2014
67	TC/005920/2016	IDEPI	Informação	2014
68	TC/007152/2017	SEDEC	Preliminar	2017



- Outras atividades desenvolvidas:

ATIVIDADES

- | |
|---|
| 1. Homologação do recebimento e tramitação eletrônica de documentos e processos. |
| 2. Atendimento ao público externo. |
| 3. Fornecimento de informações a outras Unidades Técnicas do TCE. |
| 4. Fornecimento de informações a outros Órgãos de Controle |
| 5. Assessoramento ao sistema ObrasWeb e ao desenvolvimento do SERCA – Engenharia. |
| 6. Elaboração do projeto arquitetônico, da Unidade integrante da Secretaria do TCE/PI no Município de Picos (salas 61/62/63/64 no Piauí Shopping): planta baixa, cortes, fachada, layout, planta baixa: forro, iluminação e climatização, paginação de piso e detalhamento balcão recepção. |
| 7. Elaboração do Termo de Referência, especificações e orçamento base da Unidade integrante da Secretaria do TCE/PI no Município de Parnaíba (salas 001/002/003 no Parnaíba Shopping). |
| 8. Participação de 01 (um) Auditor na comissão responsável pela realização dos trabalhos tendo como objetivo criação / implantação do IEGM/PI (Índice de Efetividade da Gestão Municipal), conforme Portaria nº 366/16 de 06/06/16. |
| 9. Fiscalização do contrato de elaboração dos projetos de modernização das instalações elétricas, hidrossanitárias e de climatização do Edifício Sede do TCE/PI (Processo TC/010939/2013). |



9.4. Atos de Pessoal para fins de registro

Compete à Diretoria de Fiscalizações de Atos de Pessoal - DFAP, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado e dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, analisar, através da Divisão de Registro de Atos de Pessoal, a legalidade dos atos concessórios de aposentadorias; dos atos concessórios de pensões por morte; dos atos concessórios de transferências para a reserva remunerada; dos atos concessórios de reformas; dos atos de retificação; dos atos de cancelamento de aposentadorias; dos concursos públicos; dos atos de admissão de pessoal civil e militar; das reversões realizadas pelos jurisdicionados; além de exercer outras atividades ordenadas pela Presidência.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo dos processos de concessão de:

- a) Aposentadorias;
- b) Pensões;
- c) Transferências para reserva remunerada;
- d) Reformas;
- e) Atos de retificação;
- f) Admissão de pessoal.

DFAP	SAÍDA OUT	SAÍDA NOV	SAÍDA DEZ
Estoque - Benefícios	10	19	5
Tempestivo - Benefícios	14	18	16
Concomitante - Benefícios	332	272	134
Concomitante - Admissões	7	3	0
Contraditório - Admissões	34	17	5



10. INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

Compete à Diretoria de Gestão de Informações Estratégicas para o Combate à Corrupção – DGECOR: propor metodologia e normativos para a gestão de informações estratégicas para as ações de controle externo e para a formação de redes internas e externas do Tribunal de Contas do Estado do Piauí; auxiliar na criação de metodologia de análise de risco e elaborar as matrizes necessárias; auxiliar na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do plano de fiscalização; auxiliar e acompanhar o desenvolvimento e manutenção de sistema de gestão de informações estratégicas para as ações de controle externo, definindo critérios técnicos e operacionais em conjunto com outras áreas pertinentes; incentivar e monitorar a produção, o registro e a disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo; divulgar a metodologia referente às atividades de inteligência institucional e treinar multiplicadores para formação de rede interna de produção e de disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo; realizar com as demais Diretorias Técnicas do TCE/PI trabalhos conjuntos relevantes; realizar conjuntamente com outros órgãos da Rede de Controle do Estado operações conjuntas; representar o TCE/PI na Rede Nacional Infocontas e no Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades realizadas no período:

- Relatórios e/ou outros meios de apoio ao Controle Externo

DESCRIÇÃO	ACESSO
Relatório de Atividades – 3º Trimestre	DGECOR/APGE
Elaboração e treinamento da DFAE – Matriz de Risco exercício de 2017	DGECOR/DFAE
Relatório de material apreendido – Celular / Escamoteamento	DGECOR/GAECO
Relatório de materiais apreendidos – Diversos / <i>Argentum</i>	DGECOR/PF
Relatório de informação - solicitado pelo Ofício nº 0170/2017 - TC 026737/2017	DGECOR
Relatório preliminar de informação interna - RESERVADO	DGECOR
Relatório de informação - solicitado DFAE I	DGECOR/DFAE
Relatório de informação reservado fornecido à RFB	DGECOR
Relatório de informação para DFAM – Relação de Empresas envolvidas em fraudes PI/CE	DGECOR
Relatório de inidoneidade de empresas	DGECOR
Relatório de informação para III DFAM	DGECOR/III DFAM
Relatório de informação para II DFAM	DGECOR/II DFAM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

- Relatórios em andamento

DESCRIÇÃO	ACESSO
Relatório com informações sobre a solicitação do Procurador da República Alexandre Assunção Silva – TC 006466/2014 (informações complexas – compartilhamento de informações requerido – em curso – necessidade de diligências)	Sobrestado
Relatório de informação requerido pela 35ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI – 020748/2015	Não disponível ainda – (restrito)
Revisão dos relatórios do SMS/FMS de CORRENTE/PI – 2011 e 2013	Não disponível ainda
Relatório da fiscalização sobre locações de veículos 2014 e 2015	Não disponível ainda
Relatórios de inteligência sigilosos	Não disponível ainda

- Auditorias/Inspeções/Diligências

DESCRIÇÃO	Portaria
Participação ativa na realização da <i>Operação Argentum</i> , conduzida pela Polícia Federal	PORTARIA Nº 997/17
Participação ativa na realização, no dia 01 de dezembro, da <i>Operação Medium Parnaíba</i> conduzida pela Polícia Civil	PORTARIA Nº 1165/17
Participação ativa na realização, nos dias 13 e 14 de dezembro, da <i>Operação Bons Princípios</i> , conduzida pela Polícia Civil com apoio do GAECO	PORTARIA Nº 1194/17

- Outras atividades desenvolvidas

ATIVIDADES	SETOR
Treinamento interno em técnicas voltadas ao combate à corrupção e lavagem de dinheiro	DGECOR
Atendimento às diversas solicitações do MPE/PI, incluindo-se o GAECO	DGECOR
Atendimento a diversas solicitações feitas por Delegados de Polícia Civil e Federal	DGECOR
Atendimento presencial de cidadãos, autoridades e agentes de autoridades – registrados devidamente em livro próprio – (Destaque-se as informações sobre o município de Manoel Emídio repassadas e esclarecidas aos vereadores)	DGECOR
Participação do Workshop de elaboração do PE ODP.TC período 2018-2022 (dia 08/11) na cidade de Brasília/DF	DGECOR
Participação da Conferência Controle Social & os Tribunais de Contas e dos demais Tribunais no II CONACON (dia 09/11), na cidade de Cuiabá/MT, DEBATEDOR	DGECOR
Participação de Reunião da Rede INFOCONTAS realizada no dia 22/11/17 no Tribunal de Contas do Estado de Goiás	DGECOR
Visita técnica às unidades de informações estratégicas do TCE/GO e TCM/GO	DGECOR
Participação no “1º Fórum Brasileiro de Governança Pública e Corporativa” e do “11º Fórum Brasileiro de Combate a Corrupção”, realizados na cidade de Brasília/DF, nos dias 07 e 08/12/17	DGECOR
Participação nas Reuniões da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado	DGECOR



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

ATIVIDADES	SETOR
Compartilhamento de informações sobre as procuradorias municipais e sobre os municípios credores de recursos do FUNDEF	DGECOR
Participação no desenvolvimento do Sistema Integrado de Fiscalização	DGECOR/DTI
Participação no desenvolvimento de novos e importantes relatórios internos	DGECOR/DTI
Participação no VI Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade realizado na cidade de Fortaleza/CE, nos dias 30/11 a 01/12/17	DGECOR
Participação na solenidade de inauguração da nova sede do TCU no Piauí	DGECOR
Participação, representando o TCE/PI, na campanha “Diga não à Corrupção” do Sindicato dos Médicos do Piauí	DGECOR
Coordenação da I Reunião Técnica para elaboração do projeto de fiscalização conjunta das eleições 2018, com participação de órgãos da Rede de Controle e da sociedade civil organizada	DGECOR
Participação no curso “Coleta de Dados em Fontes Abertas” realizado no TCE/PI	DGECOR/EGC
Participação na elaboração do ACT e na instalação do Núcleo de Investigação Patrimonial-NIP – Parceria MPE/PI-GAECO e TCE/PI	DGECOR/PRESIDÊNCIA
Participação com palestrante na abertura do XXXV Seminário de Formação de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante em Esperantina-PI (participação no dia 02/10)	DGECOR
Celebração de Convênio com a Universidade Federal do Piauí objetivando construção de sistema para reconhecer comportamento do SIAFEM/SIAFE	DGECOR/UFPI
Fornecimento de dados para a CGU	DGECOR
Elaboração dos Planos de Ações para as atividades previstas para a unidade (revisão PE)	DGECOR
Participação no evento do dia mundial de combate à corrupção realizado no Parque da Cidadania	DGECOR/REDE
Levantamento de informações sobre o funcionamento da Central de Regulação de Leitos no Piauí, solicitadas pelo Conselheiro Kennedy Barros	DGECOR
Levantamentos internos para atendimento aos pleitos de outras unidades técnicas do TCE/PI	DGECOR



11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação – DTIF gerenciar as atividades ligadas à tecnologia da informação, prestando todo o apoio necessário ao funcionamento do Tribunal nesta área. Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

ATIVIDADES
Início de desenvolvimento do Sagres folha e sagres contábil 2018
Manutenção do sagres folha 2017 e sagres contábil 2017
Instalação de equipamentos da subsele provisória de Parnaíba
Instalação de link Internet para subsele de Parnaíba
Continuação de migração de bases de dados para novo servidor (SGBD) atualizado para versão 2016
Conclusão do desenvolvimento do novo sistema de Documentação WEB
Continuação do desenvolvimento do sistema de coleta de publicações do diário oficial do TCE em parceria com a Universidade Estadual do Piauí
Continuação do desenvolvimento do novo sistema de licitações
Manutenção evolutiva e corretiva do sistema de geração de relatórios da DFAE e DFAM (2017)
Conclusão do desenvolvimento do sistema gerador de relatório para Engenharia
Continuação do desenvolvimento do sistema gerador de relatório para Contraditório e Ministério Público
Continuação do processo de implantação no sistema de patrimônio recebido através de convênio com Tribunal de Contas de Rondônia
Elaboração de rotinas de apoio ao núcleo de inteligência
Suporte aos jurisdicionados na utilização do sistema de prestação de contas eletrônico, controle de licitações, documentação WEB e cadastro de gestores
Início de elaboração dos cubos para o self-service BI da DFAE
Manutenção corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa dos sistemas internos: Licitações, Sagres, Documentação, Cadastro de Gestores, Controle de sessões, Pagamentos, PCE, Serca, Orçamentos, Protocolo, Almoxarifado, Portal na NET, Patrimônio, Biblioteca e Auditoria na Folha de Pagamentos do Executivo Estadual e subsistema de controle de multas, bem como, da rede instalada e do servidor de internet (LINUX)
Manutenção do Portal de serviços do TCE/PI na internet
Manutenção de equipamentos do TCE/PI
Suporte aos usuários internos



12. CONTROLE PROCESSUAL

A Diretoria Processual – DP é o órgão coordenador e supervisor das atividades relacionadas com o recebimento, controle e acompanhamento de documentos e processos encaminhados ao Tribunal, além de outras atribuições. Durante o quarto trimestre foram recebidos e digitalizados **3.006** documentos/processos, conforme estatística de documentos protocolados elencados na tabela a seguir:

DOCUMENTOS	QUANTIDADE
Consultas	14
Denúncia	47
Inspeção/ Inspeção Extraordinária	06
Inativação (Aposentadoria, Pensão, Transferência p/ reserva remunerada, Ato de Retificação, Revisão de Proventos)	753
Representação	92
Auditoria	08
Recurso de Reconsideração	44
Agravo	15
Pedido de Reexame	25
Embargos de Declaração	07
Requerimentos Administrativos	1908
Achados da DFAE e DFAM	87
TOTAL	3.006

- Outras atividades desenvolvidas:

ATIVIDADES
Atualização do cadastro de gestores municipais do exercício de 2017
Atividade contínua de protocolo, triagem, digitalização e validação de documentos e processos
Emissão de 1.368 postagens solicitadas por diversos setores do TCE/PI
Realização de 1.425 ofícios de citação/notificação
Emissão de 671 certidões
Digitalização de documentos oriundos de unidades técnicas do TCE/PI
Apoio a outras unidades do TCE/PI nas atividades relacionadas ao processo eletrônico
Apoio à Diretoria de Informática nas atualizações do Sistema e-TCE e na implementação do AR digital



13. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A Diretoria Administrativa tem a seu cargo o planejamento, a coordenação, a execução e a supervisão das atividades de administração orçamentária, financeira, de pessoal, patrimônio e de serviços gerais, além de outras decorrentes da natureza do órgão ou determinadas pelo Presidente.

13.1. Resultado Orçamentário e Financeiro

Compete à Divisão de Orçamento e Finanças – DOF realizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira do Tribunal, compreendendo toda a despesa consignada a esta Corte no Orçamento Geral do Estado, observadas as regras emanadas dos órgãos centrais de administração orçamentária e financeira, bem como tratar dos demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais atividades desenvolvidas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Orçamento

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Emissão de Notas de Empenho	742
Realização de Reservas Orçamentárias	121
TOTAL	863

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$
I - Dotação Orçamentária Inicial	120.169.988,00
II - Suplementação de Dotação	5.600.000,00
III - Disponibilidade Orçamentária	125.769.988,00
IV - Despesa Empenhada	34.690.445,62
V - Saldo dos Créditos Disponíveis	2.871.007,66
VI - Despesa Liquidada	35.370.369,04
VII - Saldos dos Empenhos a Liquidar	2.925.534,65

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO	R\$
INGRESSOS	
Saldo Anterior	9.673.605,18
Receita Orçamentária	28.760.007,30
Receita Extra-Orçamentária	0,00
Recebimentos Extra-Orçamentários	136.471,02
TOTAL	38.570.083,50
DISPÊNDIOS	
Despesas Orçamentárias	34.975.045,10
Pagamentos Extra-Orçamentários	0,00
Saldo Disponível	3.595.038,40
TOTAL	38.570.083,50



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

- Atividades executadas pela Seção de Finanças

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Emitir Nota de Lançamento – NL	802
Gerar a Programação de Desembolso – PD	1.016
Emitir Ordem Bancária (OB) com a execução da PD	1.003
Emitir Guia de Devolução – GD	039
Emitir Nota Patrimonial – NP	513
Emitir a Relação Externa – RE para o BB	129
Efetivar pagamento de Restos a Pagar	006
TOTAL	3.508
Números de processos recebidos	971
Números de processos pagos	951

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		R\$	
Saldo do Trimestre		Anterior	Atual
BANCO DO BRASIL / CONVÊNIO	C/C 9303-3	529.166,52	537.116,08
BANCO DO BRASIL	C/C 82530-1	9.092.256,59	3.020.407,90
BANCO DO BRASIL/CAUÇÃO	C/C 10086-2	12.530,36	12.621,76
BANCO DO BRASIL/CARTÃO PGTO	C/C 10104-4	39.651,71	24.892,66
TOTAL TCE/PI		9.673.605,18	3.595.038,40
BANCO DO BRASIL / F M T C - 2	C/C 114.565-7	2.142.866,32	1.839.440,83
BANCO DO BRASIL/FMTC	C/C 9850-7	581,78	586,02
BANCO DO BRASIL/FMTC	C/C 9851-5	13.486,60	13.584,97
TOTAL FMTC		2.156.934,70	1.853.611,82
TOTAL		11.830.539,88	5.448.650,22

- Atividades executadas pela Seção de Contabilidade

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Conformidade diária – processos analisados TCE	549
Conformidade diária – processos analisados FMTC	99
Súprimentos de Fundo – controle e análise de prestação de contas	12
Prestação de Contas encaminhadas TCE/FMTC (documentaçãoWeb)	06
Prestação de Contas encaminhadas TCE/FMTC (controle interno)	06
Relatório de Gestão Fiscal 3º quadrimestre encaminhado TCE	-
Processos disponibilizados para consulta (eletrônicos/físicos)	48
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	484
TOTAL GERAL	1.204



FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS - FMTC

No tocante ao fundo de modernização do Tribunal de Contas – FMTC, criado pela Lei nº 4.768/95, verificou-se durante o trimestre a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA		R\$
A	Saldo Anterior – C/C. 114.565-7	2.156.934,70
B	Ingressos	186.791,31
	Rendimentos de aplicações financeiras	29.865,72
	Multas aplicadas	155.172,26
	Prestação de serviços (xerox, certidões, etc).	1.269,22
	Recebimentos Extra-Orçamentários	484,11
C	Dispêndios	490.114,19
	Despesa Orçamentária	490.114,19
	Pagamentos Extra-Orçamentários	0,00
SALDO ATUAL (A+B-C)		1.853.611,82



13.2. Gestão de Pessoas

Compete à Divisão de Gestão de Pessoas – DGP desenvolver as atividades de administração de pessoal, compreendendo assuntos como recrutamento e seleção, registros funcionais, estudos e pareceres sobre direitos e deveres do servidor, folha de pagamento e seus consectários, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, progressão funcional e promoção, aposentadorias, pensões e demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo de registros de Atos de Pessoal realizados no período:

- Registros de Atos de Pessoal

ATOS/PORTARIAS	QUANTIDADE
Nomeações para cargos em comissão	02
Nomeações para cargos efetivos	03
Exonerações de cargos efetivos	00
Exonerações de cargos em comissão	01
Vacância de cargos efetivos	00
Dispensas de cargo em comissão	00
Designações para cargo em comissão	00
Concessões de aposentadoria	00
Licenças prêmios concedidas	09
Substituir conselheiro	02
Licenças para capacitação	01
AFASTAMENTOS DE SERVIDORES	QUANTIDADE
Licenças (Eleitoral, Nojo, Paternidade, Encontro Esportivo)	32
Licenças maternidade	01
UTILIZAÇÃO DE RECESSO NATALINO	QUANTIDADE
Conselheiros	00
Conselheiros substitutos	02
Procuradores do MPC	00
Servidores	28
FÉRIAS CONCEDIDAS	QUANTIDADE
Conselheiros	02
Conselheiros substitutos	03
Procuradores do MPC	02
Servidores	175
INTERRUPÇÃO/SUSPENSÃO DE FÉRIAS CONCEDIDAS	QUANTIDADE
Conselheiros	01
Conselheiros substitutos	01
Procuradores do MPC	01
Servidores	53
ABONOS DE PERMANÊNCIA CONCEDIDOS	QUANTIDADE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

Conselheiros	00
Conselheiros substitutos	00
Procuradores do MPC	00
Servidores	03

- Outras atividades desenvolvidas:

ATENDIMENTOS DE DEMANDAS ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Informações	114
Portarias	160
Certidões	03
Memorandos	10
Declarações	09
Ofícios	39
Cartão Magnético de Ponto	07
Licenças Médicas	149
Despachos DGP	880
Comunicação Interna	13
Mapa de tempo de serviço	04
Licença para Acompanhamento	25
TOTAL	1.735

Na tabela a seguir, destacam-se os principais registros de Atos Clínicos realizados no período:

- Atividades executadas pela Seção de Serviços Integrados de Saúde:

SERVIÇO AMBULATORIAL	QUANTIDADE
Verificação de pressão arterial	60
Verificação de Glicemia Capilar	07
Dispensação de medicamentos	127
Curativo	01
Atendimento de Emergência	00
TOTAL	195
Pacientes Atendidos	192
SERVIÇO MÉDICO	QUANTIDADE
Consultas	190
Consulta Periódica	103
Atestado Médico	45
Atestado de Saúde	02
Renovação de Receitas	107
Verificação de Pressão Arterial	22
Exame Admissional	19
Solicitação de exames	04
Encaminhamento	03
Atendimento de Urgência	00
Outro	01



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	03
TOTAL	499
Pacientes Atendidos	455
Homologação Atestado Médico de Servidores	236
SERVIÇO ODONTOLÓGICO	QUANTIDADE
Restauração	106
Profilaxia	77
Exodontia	14
Aplicação de Fluor	41
Semiologia	17
RX	19
Remoção de Pontos	06
Tartarectomia	55
Outros	12
Organização de Insumos/ Controle de Validade/ Gerenciamento de Pedidos	3
Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	6
TOTAL	356
Pacientes Atendidos	196
SERVIÇO FISIOTERAPÊUTICO	QUANTIDADE
Prevenção	417
Tratamento	729
Tens	710
Ultrassom	623
EPI	09
Forno de Beer	11
Bandagem	40
Infravermelho	169
Ondas Curtas	29
Terapia Manual	34
Fisioterapia Respiratória	00
Crioterapia	621
Exercícios Exométricos	22
Ginástica Laboral	29
Outros	18
Participação na Organização de Programas de Prática de Esporte	0
Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	09
TOTAL	3.470
Pacientes Atendidos	732
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Emissão de parecer	277
Acompanhamento de licença médica junto à Perícia Oficial	05
Gerenciamento de Pedidos (acompanhamento de materiais)	02
Comunicação Interna/ Memorando	09
Coordenação de Programa ou Evento de SQVCT	06
Participação em Eventos da SSIS	30
Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	03
TOTAL	332



13.3. Gestão Patrimonial e de Serviços

Compete à Divisão de Patrimônio e Serviços Gerais – DPSG as atividades de gestão patrimonial, de administração dos serviços de limpeza e de conservação predial, elaboração de Termos de Referência, Projetos Básicos, projetos de obras, de reformas, de instalações e seus respectivos orçamentos, documentos complementares visando ao perfeito funcionamento das instalações prediais; as atividades de reprografia de processos e de documentos; de copeiragem e de atividades correlatas.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades executadas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Almoxarifado

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Requisições de Material (RM) atendidas	824
Requisições de Material (RM) canceladas	25
Suprimentos de Fundo Finalizado	01
Notas fiscais recebidas com Material de Consumo	11
Notas fiscais recebidas com Material Permanente	00
VALOR TOTAL DAS NOTAS FISCAIS	38.306,82
VALOR TOTAL DAS NOTAS FISCAIS + SUPRIMENTOS	41.613,39

- Atividades executadas pela Seção de Transportes

ATIVIDADES EXECUTADAS TRANSPORTES	R\$
Aquisição de Combustíveis e lubrificantes	14.012,54
Aquisição de peças e serviços	2.302,68
Locação de Veículos	61.825,20
Renovação de Documento de Veículos	-
Renovação Apólices Seguro Veículos	-
TOTAL	78.140,42
Rotas em Teresina e Região Metropolitana	489
Rotas Intermunicipais	46
Municípios Visitados	62
Quilômetros Rodados	56.370
Suprimentos de Fundo Finalizados	06

- Atividades executadas pela Seção de Manutenção

ATIVIDADES EXECUTADAS NA MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS	QUANTIDADE
Contratos fiscalizados	06
Suprimentos de Fundo finalizados	04



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

Serviços Prestados	839
Atestos Efetuados	62
TOTAL	901
Serviços Solicitados	1.315
SERVIÇOS GRÁFICOS	QUANTIDADE
Fotocópias	60.945
Encadernações	90

- Atividades executadas pela Seção de Controle de Patrimônio:

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Recebimento e incorporação de Bens Patrimoniais	150
Atendimento Interno de Transferências de Bens	120
Inventário anual do Patrimônio	00
Emissão de Termo de Responsabilidade	02
Controle de Documentos/Processos no e-TCE	05
Rotinas patrimoniais (Desfazimento)	-
TOTAL	277
EMISSÃO DE TOMBAMENTO – BENS NOVOS	QUANTIDADE
Bens Móveis Mobiliários	16
Equipamentos De Informática	150
Bens De Escritório Duráveis	-
Equipamentos	-
Eletrodomésticos / Eletrônicos	01
TOTAL	167
BAIXA DE BENS - BENS PARA DOAÇÃO/PERMUTA/CESSÃO/DESCARTE	QUANTIDADE
Bens Móveis Mobiliários	480
Equipamentos De Informática	198
Bens De Escritório Duráveis	115
Equipamentos	42
Eletrodomésticos / Eletrônicos	36
TOTAL	871

- Atividades executadas pela Seção de Arquivo Geral

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Atendimento de solicitações escritas	16
Correspondências Internas expedidas	-
Correspondências Internas recebidas	-
Atendimento com retorno à Presidência	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

Assinaturas, Juntadas e finalizações em Processos	1.319
Recebimento e controle de processos	-
Atendimento avulso fornecendo portarias a aposentados e pensionistas do Estado e dos municípios.	206
TOTAL	1.541
PROCESSOS ENCAMINHADOS AOS ÓRGÃOS DE ORIGEM	QUANTIDADE
Recurso	01
Denúncia	-
Representação	-
Embargos/Agravo e Inspeção	-
Prestação de Contas Estaduais e Municipais	86
Tomada de Contas	04
Processos de Aposentadorias e Pensões	34
Processos de Admissão de Pessoal	11
Balancetes Mensais encaminhados as Câmaras Municipais	18
TOTAL	154

- Atividades executadas pela Seção de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED

PROCESSOS DIGITALIZADOS	QUANTIDADE
Aposentadoria	12
Prestação de Contas Estadual	-
Prestação de Contas Municipal	01
Admissão de Pessoal	02
Representação	02
Parcelamento de Multa	-
Cobrança de multa	-
Auditoria operacional (promoex)	-
TCNs	-
TOTAL	17
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	QUANTIDADE
Portarias de Aposentadorias para Devolução ao Órgão de Origem	230
Controle Documentos/Processos no eTCE	17
TOTAL	247



13.4. Gestão de Licitações

Compete à Divisão de Licitações (DLIC) coordenar e orientar a aquisição de bens e serviços, no âmbito da sede do Tribunal; analisar as especificações, os termos de referência, os projetos básico e executivo e as demais peças necessárias à definição do objeto a ser adquirido ou contratado; propor adequações e orientar, quando necessário, as unidades do Tribunal na elaboração dos documentos mencionados; elaborar os instrumentos convocatórios das licitações; dotar os procedimentos necessários à aprovação dos instrumentos convocatórios e à obtenção de autorização para a realização dos certames; desenvolver outras atividades inerentes à sua competência e finalidade.

Nas tabelas a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados no período:

- Processos de inexigibilidade de licitação:

Nº DO PROCESSO	Nº DA INEXIB.	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR	PUBLIC. INEX.
019884/17	99/17	COMITÊ NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO, CNPJ: 00.312.312/0001-30	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO NO XXII CONGRESSO NACIONAL DE CERIMONIAL PÚBLICO, PARA 02 (DUAS) SERVIDORAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ	2.750,00	DOE/TCE Nº 183 – 02/10/17
020869/17	100/17	ESCOLA BRASILEIRA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS- EBEC, CNPJ: 06.941.531/0001-65	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOSÉ ARAÚJO PINHEIRO JÚNIOR, PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, NO VI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	700,00	DOE/TCE Nº 184 – 03/10/17
020261/17	101/17	IOC CAPACITAÇÃO LTDA. CNPJ: 10.825.457/0001-99	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR NO CURSO “SISTEMA E-SOCIAL - VALORES E ESTRUTURA ATRAVÉS DE CONFORMIDADE FISCAL”	2.240,00	DOE/TCE Nº 184 – 03/10/17
015011/17	102/17	LUÍS GONZAGA DE SOUSA MILANEZ CPF Nº 105.412.333-00	REFERENTE À AQUISIÇÃO DE 20 EXEMPLARES DO “LIVRO DOS MUNICÍPIOS – NOSSA HISTÓRIA NOSSA GENTE”	1.000,00	DOE/TCE Nº 185 – 04/10/17
021702/17	103/17	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ CNPJ: 06.687.545/0001-02 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DO PIAUÍ CNPJ: 14.882.936/0001-06	PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS AO REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – RRT (CAU-BR) E À ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART (CREA-PI) EM RAZÃO DA ELABORAÇÃO, PELOS TÉCNICOS DA DFENG, DOS PROJETOS EXECUTIVOS PARA IMPLANTAÇÃO DA SUBSEDE DO TCE/PI EM PARNAÍBA	214,82 89,75	DOE/TCE Nº 188 – 09/10/17
021826/17	104/17	OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA CNPJ: 09.094.300/0001-51	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 2 SERVIDORES NO CURSO “GESTÃO TRIBUTÁRIA DE CONTRATOS E CONVÊNIO”	5.960,00	DOE TCE Nº 190 – 11/10/17
021825/17	105/17	OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA CNPJ: 09.094.300/0001-51	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 2 SERVIDORES NO “ILL GTAP - CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”	5.960,00	DOE TCE Nº 190 – 11/10/17
22013/17	106/17	IOC CAPACITAÇÃO LTDA. CNPJ: 10.825.457/0001-99	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 1 (UM) SERVIDOR NO CURSO “AUDITORIA DA FOLHA DE PAGAMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO”. CONFORME DISPÕE A PROPOSTA DA EMPRESA CONTRATADA, AS OPÇÕES	2.500,00	DOE/TCE Nº 197 – 26/10/17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

Nº DO PROCESSO	Nº DA INEXIB.	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR	PUBLIC. INEX.
			DE PAGAMENTO ESTIPULAM QUE PARA QUATRO OU MAIS PARTICIPANTES DO MESMO ÓRGÃO O VALOR POR PARTICIPANTE SERÁ O ACIMA MENCIONADO		
021991/17	107/17	IOC CAPACITAÇÃO LTDA. CNPJ: 10.825.457/0001-99	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 2 (DUAS) SERVIDORAS NO CURSO “SISTEMA E-SOCIAL - VALORES E ESTRUTURA ATRAVÉS DE CONFORMIDADE FISCAL”	4.980,00	DOE/TCE Nº 192 – 17/10/17
022363/17	108/17	IOC CAPACITAÇÃO LTDA. CNPJ: 10.825.457/0001-99	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR NO CURSO “AUDITORIA DA FOLHA DE PAGAMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO”	2.500,00	DOE/TCE Nº 194 – 23/10/17
022360/17	109/17	IOC CAPACITAÇÃO LTDA. CNPJ: 10.825.457/0001-99	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR NO CURSO “AUDITORIA DA FOLHA DE PAGAMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO”.	2.500,00	DOE/TCE Nº 194 – 23/10/17
021955/17	110/17	CONPEDI – CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CNPJ: 05.855.238/0001-12	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORA NO XXVI CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – CONPEDI.	210,00	DOE/TCE Nº 194 – 23/10/17
021757/17	111/17	ONE CURSOS - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO LTDA CNPJ: 06.012.731/0001-33	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 2 (DUAS) SERVIDORAS NO “CURSO PRÁTICO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. TOPICOS RELEVANTES COM A NOVA IN 76/2016”	4.580,00	DOE/TCE Nº 197 – 26/10/17
022481/17	112/17	INSTITUTO ESAFI DE TREINAMENTOS E EVENTOS CNPJ: 21.338.446/0001-09	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 1 (UM) SERVIDOR NO CURSO “AUDITORIA FINANCEIRA E CONTÁBIL NO SETOR PÚBLICO”	1.690,00	DOE/TCE Nº 197 – 26/10/17
022171/17	113/17	NEWLAND VEÍCULOS LTDA CNPJ: 41.597.303/0004-63	AQUISIÇÃO DE PRODUTOS RELATIVOS À REVISÃO DE 10.000 KM NO VEÍCULO HILUX, PLACA PIZ 4580, DE PROPRIEDADE DESTA TRIBUNAL DE CONTAS, QUE SE ENCONTRA DENTRO DO PRAZO DE GARANTIA	863,49	DOE/TCE Nº 197 – 26/10/17
022595/17	114/17	ATRICON - ASSCIAAO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASIL CNPJ: 37.161.122/0001-70	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO, NO “XXIX CONGRESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL”	1.500,00	DOE/TCE Nº 197 – 26/10/17
022172/17	115/17	NEWLAND VEÍCULOS LTDA CNPJ: 41.597.303/0004-63	REFERENTE À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À REVISÃO DE 10.000 KM NO VEÍCULO HILUX, PLACA PIZ 4580, DE PROPRIEDADE DESTA TRIBUNAL DE CONTAS, QUE SE ENCONTRA DENTRO DO PRAZO DE GARANTIA	303,00	DOE/TCE Nº 197 – 26/10/17
022812/17	116/17	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DEPARTAMENTOS ESTADUAIS DE ESTRADAS DE RODAGEM – ABDER CNPJ: 29.979.804/0001-66	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 1 (UM) SERVIDOR NO “ENCONTRO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA – ENACOR”	100,00	DOE/TCE Nº 199 – 30/10/17
022799/17	117/17	ATRICON - ASSCIAAO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASIL CNPJ: 37.161.122/0001-70	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO CONSELHEIRO JOAQUIM KENNEDY NOGUEIRA BARROS, NO “XXIX CONGRESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL”	1.500,00	DOE/TCE Nº 200 – 31/10/17
022015/17	118/17	IOC CAPACITAÇÃO LTDA. CNPJ: 10.825.457/0001-99	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 2 (DUAS) SERVIDORAS NO “CURSO PRÁTICO: CONCURSO PÚBLICO E ELABORAÇÃO DE EDITAL”	5.180,00	DOE/TCE Nº 200 – 31/10/17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

Nº DO PROCESSO	Nº DA INEXIB.	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR	PUBLIC. INEX.
023176/17	119/17	ATRICON - ASSOCIACAO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASIL CNPJ: 37.161.122/0001-70	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DA CONSELHEIRA LILIAN DE ALMEIDA VELOSO NUNES MARTINS, NO “XXIX CONGRESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL”	1.500,00	DOE/TCE Nº 204 – 08/11/17
023130/17	220/17	EDITORA FORUM LTDA CNPJ: 41.769.803/0001-92	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 2 (DOIS) SERVIDORES NO “I FÓRUM BRASILEIRO DE GOVERNANÇA PÚBLICA E CORPORATIVA E XI FÓRUM BRASILEIRO DE COMBATE À CORRUPÇÃO”	5.960,00	DOE/TCE Nº 204 – 08/11/17
023157/17	221/17	ATRICON - ASSOCIACAO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASIL CNPJ: 37.161.122/0001-70	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DA SERVIDORA LUCINE DE MOURA SANTOS PEREIRA BATISTA (CHEFE DA APGE), NO “XXIX CONGRESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL”	1.000,00	DOE/TCE Nº 204 – 08/11/17
023372/17	222/17	ATRICON - ASSOCIACAO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASIL CNPJ: 37.161.122/0001-70	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO CONSELHEIRO KLEBER DANTAS EULÁLIO, NO “XXIX CONGRESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL”	1.500,00	DOE/TCE Nº 204 – 08/11/17
023191/17	223/17	INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL CNPJ: 62.070.115/0001-00	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO, NO “CIA 2 (PRÁTICA DE AUDITORIA INTERNA)”	2.968,00	DOE/TCE Nº 204 – 08/11/17
023437/17	224/17	ATRICON - ASSOCIACAO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASIL CNPJ: 37.161.122/0001-70	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO CONSELHEIRO OLAVO REBÊLO DE CARVALHO FILHO, NO “XXIX CONGRESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL”	1.500,00	DOE/TCE Nº 204 – 08/11/17
023387/17	225/17	ATRICON - ASSOCIACAO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASIL CNPJ: 37.161.122/0001-70	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO CONSELHEIRO ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA, NO “XXIX CONGRESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL”	1.500,00	DOE/TCE Nº 205 – 09/11/17
023144/17	126/17	NEWLAND VEÍCULOS LTDA CNPJ: 41.597.303/0004-63	REFERENTE À REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À REVISÃO DE 10.000 KM NO VEÍCULO HILUX, PLACA PIZ 4650, DE PROPRIEDADE DESTA TRIBUNAL DE CONTAS, QUE SE ENCONTRA DENTRO DO PRAZO DE GARANTIA	303,00	DOE/TCE Nº 205 – 09/11/17
023145/17	127/17	NEWLAND VEÍCULOS LTDA CNPJ: 41.597.303/0004-63	REFERENTE À AQUISIÇÃO DE PRODUTOS RELATIVOS À REVISÃO DE 10.000 KM NO VEÍCULO HILUX, PLACA PIZ 4650, DE PROPRIEDADE DESTA TRIBUNAL DE CONTAS, QUE SE ENCONTRA DENTRO DO PRAZO DE GARANTIA	863,49	DOE/TCE Nº 205 – 09/11/17
023328/17	128/17	ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRACAO E TREINAMENTO LTDA – EPP CNPJ: 35.963.479/0001-46,	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE UMA SERVIDORA NO CURSO “FINANÇAS PÚBLICAS RETENÇÃO NA FONTE DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS”	2.490,00	DOE TCE Nº 206 – 10/11/17
023114/17	129/17	ATRICON - ASSOCIACAO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASIL CNPJ: 37.161.122/0001-70	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DA SERVIDORA LARISSA GOMES DE MENEZES SILVA (JORNALISTA, LOTADA NA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL), NO “XXIX CONGRESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL”	1.000,00	DOE TCE Nº 206 – 10/11/17
023881/17	130/17	ONE CURSOS - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO LTDA. CNPJ: 06.012.731/0001-33	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 2 (DUAS) SERVIDORAS NO “CURSO PRÁTICO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. TÓPICOS RELEVANTES COM A NOVA IN 76/2016”	4.400,00	DOE/TCE Nº 210 – 17/11/17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

Nº DO PROCESSO	Nº DA INEXIB.	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR	PUBLIC. INEX.
023809/17	131/17	ONE CURSOS - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO LTDA. CNPJ: 06.012.731/0001-33	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 2 (DUAS) SERVIDORAS NO “CURSO PRÁTICO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. TÓPICOS RELEVANTES COM A NOVA IN 76/2016”	2.200,00	DOE/TCE Nº 210 – 17/11/17
024464/17	132/17	ATRICON - ASSOCIACAO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASIL CNPJ: 37.161.122/0001-70,	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO CONSELHEIRO DESTE TCE/PI, LUCIANO NUNES SANTOS NO “XXIX CONGRESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL”	1.500,00	DOE/TCE Nº 213 – 22/11/17
024464/17	133/17	ATRICON - ASSOCIACAO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS BRASIL CNPJ: 37.161.122/0001-70,	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO PROCURADOR DO MPC/TCE/PI, PLÍNIO VALENTE RAMOS NETO, NO “XXIX CONGRESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL”	1.500,00	DOE/TCE Nº 213 – 22/11/17
024232/17	134/17	ONE CURSOS - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO LTDA. CNPJ: 06.012.731/0001-33	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR NO “CURSO PRÁTICO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. TÓPICOS RELEVANTES COM A NOVA IN 76/2016”	2.200,00	DOE/TCE Nº 213 – 22/11/17
024241/17	135/17	ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRACAO E TREINAMENTO LTDA – EPP CNPJ: 35.963.479/0001-46	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 2 (DUAS) SERVIDORAS NO CURSO “FINANÇAS PÚBLICAS RETENÇÃO NA FONTE DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS”	4.980,00	DOE/TCE Nº 213 – 22/11/17
024099/17	136/17	ONE CURSOS - TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO LTDA. CNPJ: 06.012.731/0001-33	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 2 (DUAS) SERVIDORAS NO “CURSO PRÁTICO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. TÓPICOS RELEVANTES COM A NOVA IN 76/2016”	4.580,00	DOE/TCE Nº 221 – 01/12/17
024234/17	137/17	ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRACAO E TREINAMENTO LTDA – EPP CNPJ: 35.963.479/0001-46	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 2 (DUAS) SERVIDORAS NO CURSO “EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE FORMA INTEGRADA NA ADM. PÚBLICA”	5.980,00	DOE/TCE Nº 221 – 01/12/17
024239/17	138/17	ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRACAO E TREINAMENTO LTDA – EPP CNPJ: 35.963.479/0001-46	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE UMA SERVIDORA NO CURSO “FINANÇAS PÚBLICAS RETENÇÃO NA FONTE DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS”,	2.490,00	DOE/TCE Nº 221 – 01/12/17
023715/17	139/17	OGATA M L C ONSULTORES S/C LTDA (IFT – INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE TREINADORES), CNPJ: 67.185.736/0001-52	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE UM SERVIDOR NO “PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE TREINAMENTO COMPORTAMENTAL”	7.200,00	DOE/TCE Nº 221 – 01/12/17
024918/17	140/17	ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ 86.781.069/0001-15	REFERENTE A QUATRO INSCRIÇÕES NO SEMINÁRIO COMO ELABORAR A PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DE ACORDO COM A NOVA IN Nº 05/17 E COMO JULGAR A LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS, A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 4 A 6 DE DEZEMBRO DE 2017, EM FOZ DO IGUAÇU/PR	15.160,00	DOE/TCE Nº 216 – 27/11/17
025283/17	141/17	AOF CURSOS E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL EIRELI – EPP CNPJ: 05.412.947/0001-23 NO VALOR	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 3(TRÊS) SERVIDORES NO “CURSO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS”	4.200,00	DOE/TCE Nº 221 – 01/12/17
025140/17	142/17	ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA ME CNPJ: 35.963.479/0001-46,	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 1 (UM) SERVIDOR NO CURSO “EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FINANCEIRA DE FORMA INTEGRADA NA ADM. PÚBLICA”	3.190,00	DOE/TCE Nº 221 – 01/12/17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

Nº DO PROCESSO	Nº DA INEXIB.	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR	PUBLIC. INEX.
025139/17	143/17	ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA ME CNPJ: 35.963.479/0001-46	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 1 (UMA) SERVIDORA NO CURSO “EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FINANCEIRA DE FORMA INTEGRADA NA ADM. PÚBLICA”	3.190,00	DOE/TCE Nº 221 – 01/12/17
025520/17	144/17	INAP - INSTITUTO DE NEUROLINGÜÍSTICA APLICADA – EPP CNPJ Nº 05.513.272/0001-09	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE PROCURADORA DO TCE/PI NO CURSO “PROGRAMAÇÃO NEUROLINGÜÍSTICA (PNL)”,	2.225,00	DOE/TCE Nº 222 – 04/12/17
024590/17	145/17	JOÃO LUIZ DOMINGUES CPF: 003.165.887-33	REFERENTE À REALIZAÇÃO DO CURSO GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, NA ESCOLA DE GESTÃO E CONTROLE DO TCE/PI	2.880,00	DOE/TCE Nº 225 – 07/12/17
024983/17	146/17	GRUPO ORZIL CURSOS E EVENTOS LTDA. CNPJ: 08.942.423/0001-32	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE UM PROCURADOR DO TCE/PI NO CURSO “OPERACIONALIZAÇÃO DO SICONV (V)”	3.980,00	DOE/TCE Nº 225 – 07/12/17
025533/17	147/17	EDITORA FORUM LTDA, CNPJ: 41.769.803/0001-92	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE 2 (DOIS) SERVIDORES NO “I FÓRUM BRASILEIRO DE GOVERNANÇA PÚBLICA E CORPORATIVA E XI FÓRUM BRASILEIRO DE COMBATE À CORRUPÇÃO”	6.380,00	DOE/TCE Nº 225 – 07/12/17
025256/17	148/17	IOC CAPACITAÇÃO LTDA. CNPJ: 10.825.457/0001-99	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DE SERVIDOR NO CURSO “AUDITORIA DA FOLHA DE PAGAMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO”	5.180,00	DOE/TCE Nº 225 – 07/12/17
026382/17	149/17	ILIANA MARIA NUNES SIMPLÍCIO (EMPRESÁRIO INDIVIDUAL/ Nº DE INSCRIÇÃO: 29.248.958/0001-88)	REFERENTE À CONTRATAÇÃO DA CANTORA LILLY ARAÚJO PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA POR OCASIÃO DA CONFRATERNIZAÇÃO NATALINA DOS SERVIDORES DO TCE/PI, NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2017, NA SEDE DO SISTCEP	5.000,00	DOE/TCE Nº 231 – 18/12/17
025718/17	150/17	ESA - OAB-DF CNPJ: 00.368.019/0001-95	REFERENTE À PARTICIPAÇÃO CONSELHEIRO SUBSTITUTO DESTE TCE/PI EM EVENTO NA ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA – DF- “CURSO SUSTENTAÇÃO ORAL – 16ª EDIÇÃO”	150,00	DOE/TCE Nº 231 – 18/12/17
025218/17	151/17	RENNYSON SOARES DE CARVALHO, RG 1.261.461/SSP-PL, CPF 474.418.603-34	REFERENTES À CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO PARA TREINAR A EQUIPE FEMININA DE BASQUETE DO TCE/PI	25.200,00	DOE/TCE Nº 234 – 21/12/17
019047/17	152/17	EDITORA FÓRUM LTDA. CNPJ: 41.769.803/0001-92	REFERENTE À CONTRATAÇÃO DA ASSINATURA DA PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO JURÍDICO (BIBLIOTECA DIGITAL FÓRUM LIVROS 5ª SÉRIE)	23.710,00	DOE/TCE Nº 234 – 21/12/17

• Processos de dispensa de licitação:

Nº DO PROCESSO	Nº DA DISP.	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. DISPENS
019020/17	39/17	BANCO DO BRASIL S/A CNPJ: 00.000.000/0001-91	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES, PAGAMENTO A FORNECEDORES, PAGAMENTOS DIVERSOS BEM COMO LIQUIDAÇÃO ELETRÔNICA DE BOLETOS E GUIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ, POR MEIO DO GERENCIADOR FINANCEIRO, DISPONIBILIZADO PELO BANCO DO BRASIL.	70.000,00 (VALOR GLOBAL ESTIMADO)	DOE/TCE Nº 188 – 09/10/17



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

Nº DO PROCESSO	Nº DA DISP.	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. DISPENS
016498/17	40/17	BANCO DO BRASIL S/A CNPJ: 00.000.000/0001-91	REFERENTE À UTILIZAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES (LICITAÇÕES-E)	70.000,00 (VALOR GLOBAL ESTIMADO)	DOE/TCE Nº 188 – 09/10/17
019019/17	41/17	BANCO DO BRASIL S/A CNPJ: 00.000.000/0001-91	REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS ESTADUAIS	70.000,00 (VALOR GLOBAL ESTIMADO)	DOE/TCE Nº 188 – 09/10/17
021656/17	42/17	COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL CNPJ: 28.196.889/0001-43	CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE VIDA OBRIGATÓRIO (ACIDENTES PESSOAIS) PARA O GRUPO DE ESTAGIÁRIOS DESTA TRIBUNAL, A FIM DE DAR CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, INCISO IV, DA LEI Nº 11.788/2008, TENDO EM VISTA QUE A APÓLICE Nº 000003086 (PROCESSO Nº TC/016056/2014 E DOCUMENTO E-TCE Nº 001651/2016), FIRMADA ENTRE ESTA CORTE DE CONTAS E A COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL, TERÁ SUA VIGÊNCIA ENCERRADA EM 24/11/2017	1.026,72	-
021494/17	43/17	LS CONSTRUÇÃO EIRELI – EPP CNPJ: 26.697.646/0001-63	ADEQUAÇÃO DO TERRENO SITUADO AO LADO DO ANEXO II DESTA TRIBUNAL PARA SEU MELHOR APROVEITAMENTO COMO ESTACIONAMENTO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA DIVISÃO DE PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA	5.861,52	-
023079/17	44/17	ROSEMARY DE OLIVEIRA-ME (AMÉRICA DESENTUPIMENTO) CNPJ: 01.955.351/0001-19	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA	2.040,00	-
023048/17	45/17	MR IRMÃOS MANSUR LTDA. CNPJ: 04.672.955/0001-46	AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE BANDEIRAS DO BRASIL, BANDEIRAS DO PIAUÍ E BANDEIRAS DO TRIBUNAL DE CONTAS	7.749,00	-
024642/17	46/17	RUBENS CAMPELO PEREIRA CNPJ: 26.744.569/0001-55	CONTRATAÇÃO DE TERCEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO DAS SALAS QUE RECEBERÃO AS INSTALAÇÕES DESTA TRIBUNAL DE CONTAS NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO MANUAL NORMAS TÉCNICAS PARA OBRAS DE LOJISTAS DO PARNAÍBA SHOPPING (PS) E EM CONSONÂNCIA COM AS NORMAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS	1.600,00	-
020599/17	47/17	MANASSÉS GOMES PEDREIRA FILHO CNPJ: 27.068.726/0001-12	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NA MESA DE SOM DO PLENÁRIO.	950,00	-
025325/17	48/17	ANDRÉ SALES AGUIAR FURTADO CPF: 043.290.643-67	CONTRATAÇÃO DE TERCEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO DAS SALAS QUE RECEBERÃO AS INSTALAÇÕES DESTA TRIBUNAL DE CONTAS NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO MANUAL NORMAS TÉCNICAS PARA OBRAS DE LOJISTAS DO PARNAÍBA SHOPPING (PS) E EM CONSONÂNCIA COM AS NORMAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS	1.600,00	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

Nº DO PROCESSO	Nº DA DISP.	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. DISPENS
023137/17	49/17	V.B. DE OLIVEIRA EQUIPAMENTOS PARA SEGURANÇA-ME (NOME DE FANTASIA: PROTEMAC EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA) CNPJ: 14.267.345/0001-10	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO/RECARGA DOS EXTINTORES DESTES TCE	4.360,00	-
023828/17	50/17	UNITEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ: 00.155.199/0001-27	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE REMANEJAMENTO E INSTALAÇÃO DE RAMAIS TELEFÔNICOS	784,00	-
022870/17	51/17	RUTH RIBEIRO DA SILVA CPF: 944.985.553-68	AQUISIÇÃO DE 7 (SETE) TOALHAS PARA UTILIZAÇÃO NOS BALCÕES DO AUDITÓRIO DESTES TCE	3.528,00	-
024977/17	52/17	HEMILTOM PEREIRA AMORIM FILHO CPF: 723.019.103-34	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE REFORMA DE 5 (CINCO) POLTRONAS	3.100,00	-
026502/17	53/17	ANDRÉ DE ARAÚJO LEAL CPF: 056.606.893-10	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MUSICAL (CANTOR VOZ E VIOLÃO) PARA SER EXECUTADO POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO DA MISSA DE NATAL, NO DIA 19/12/17, NO AUDITÓRIO DO TCE/PI	215,00	-
026653/17	54/17	NOVA COMUNICAÇÃO LTDA CNPJ: 05.701.640/0001-42	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CRIAÇÃO DE LAYOUT PARA AGENDA E CALENDÁRIO 2018, VISANDO O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE VISUAL DO TCE/PI	5.581,60	-

• Processos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico:

Nº DO PROCESSO	Nº DO PREGÃO.	OBJETO	CONTRATADO CNPJ/CPF	VALOR R\$
016406/17	11/17	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE ODONTOLOGIA E DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SEÇÃO DE SERVIÇOS INTEGRADOS À SAÚDE	OBS: LICITAÇÃO EM ANDAMENTO	
021991/17	12/17	CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE SEGURO PARA A FROTA PRÓPRIA DE VEÍCULOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ, DE USO NAS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS, COM COBERTURA CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA E ASSISTÊNCIA 24 HORAS	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CNPJ Nº 61.198.164/0001-60	23.000,00
017799/17	13/17	LOCAÇÃO MENSAL DE EQUIPAMENTOS COMUNICADORES VIA RADIOFREQUÊNCIA COM ACESSÓRIOS	OBS: LICITAÇÃO EM ANDAMENTO	
019202/17	14/17	REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES PERSONALIZADOS E EPI'S, A SEREM UTILIZADAS PELOS SERVIDORES NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ	PRORROUPAS CONFECÇÕES LTDA EPP - CNPJ: 00.556.225/0001-29 ANTÔNIO LIMA DE ALENCAR – ME 12.328.506/0001-03	ITEM 1: 4.564,80 ITEM 2: 4.198,32 ITEM 3: 1.686,96 ITEM 4: 4.663,80 ITEM 5: 1.044,72 ITEM 6: 140,00 ITEM 7: 100,00 ITEM 8: 140,00 ITEM 9: 280,00 ITEM 10: FRACASSADO
024246/17	15/17	REGISTRO DE PREÇOS POR ITEM PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE CENTRAL DE AR CONDICIONADO SELF CONTAINED	OBS: LICITAÇÃO EM ANDAMENTO	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

- Processo licitatórios na modalidade tomada de preço:

Nº DO PROCESSO	Nº DA TP	OBJETO	CONTRATADO CNPJ/CPF	VALOR R\$
025408/17	01/17	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE INTEGRANTE DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI, NAS DEPENDÊNCIAS DO EDIFÍCIO PARNAÍBA SHOPPING, EM SUAS SALAS COMERCIAIS 01, 02 E 03	OBS: LICITAÇÃO EM ANDAMENTO	

- Processo licitatórios na modalidade convite:

Nº DO PROCESSO	Nº DO CONVITE	OBJETO	CONTRATADO CNPJ/CPF	VALOR R\$
-	-	-	-	-

- Procedimentos de Adesão:

Nº DO PROCESSO	Nº ADESÃO	ATA DA ADESÃO	OBJETO	CONTRATADO CNPJ/CPF	VALOR R\$
-	-	-	-	-	-



13.5. Gestão de Contratos

Compete à Divisão de Gestão Contratual (DGC) coordenar e orientar as atividades de elaboração e apoio à gestão e à fiscalização de contratos; receber e instruir pedidos de contratação e de alterações contratuais; propor a aplicação de penalidades a licitantes vencedores quando não atenderem à convocação para assinatura dos contratos ou quando deixarem de entregar a garantia no prazo previsto nos contratos; orientar as demais unidades do Tribunal na condução dos procedimentos de formalização, acompanhamento e alteração de contratos; desenvolver outras atividades inerentes à sua competência e finalidade.

Nas tabelas a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados no período:

- Contratos

Nº DO PROCESSO	Nº DO CONTRATO	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. CONTRATO
TC/019019 / 2017	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS ESTADUAIS	BANCO DO BRASIL S.A. (BB) CNPJ/MF: 00.000.000/5113-66	SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS DO TCE/PI E RESPECTIVA PRESTAÇÃO DE CONTAS, POR MEIO ELETRÔNICO, DOS VALORES ARRECADADOS.	70.000,00 (VALOR ESTIMADO)	DOE/TCE/PI Nº188/17, DE 09/10/17
TC/019020 / 2017	TERMO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	BANCO DO BRASIL S.A. (BB) CNPJ/MF: 00.000.000/0001-91	PAGAMENTOS FEITOS PELO CONVENIENTE RELATIVOS A : PAGAMENTO DE SALÁRIOS (FOLHA DE PAGAMENTO), PAGAMENTO A FORNECEDORES, PAGAMENTOS DIVERSOS, BEM COMO LIQUIDAÇÃO ELETRÔNICA DE BOLETOS E GUIAS.	70.000,00 (VALOR ESTIMADO)	DOE/TCE/PI Nº188/17, DE 09/10/17
TC/016498 / 2017	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	BANCO DO BRASIL S.A. (BB) CNPJ/MF: 00.000.000/0001-91	DISPOR SOBRE AS CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO PELO TCE/PI DE SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DISPONIBILIZADO PELO BANCO (SISTEMA LICITAÇÕES-E).	70.000,00 (VALOR ESTIMADO)	DOE/TCE/PI Nº188/17, DE 09/10/17
TC/024586 / 2017	22/17/TCE/PI	O. L. C. JUNIOR ME. CNPJ/MF 23.612.254/0001-66	SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA O TCE/PI, CFE. ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.	200.000,00 (VALOR ESTIMADO)	DOE/TCE/PI Nº 230/17, DE 15/12/17
TC/026523 / 2017	23/17/TCE/PI	TOYOTA DO BRASIL LTDA. CNPJ/MF: 59.104.760/0005-15	AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO QUE IRÁ COMPOR A FROTA DESTA CORTE DE CONTAS COM A FINALIDADE DE MODERNIZÁ-LA E GARANTIR SUPORTE APROPRIADO ÀS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS DE CONTROLE EXTERNO DESTA TCE/PI. MARCA: TOYOTA, MODELO: HILUX CABINE DUPLA 4X4 DIESEL SRV.	160.325,00	DOE/TCE/PI Nº 007/18, DE 11/01/18
TC/025218 / 2017	24/17/TCE/PI	RENNYSON SOARES DE CARVALHO CPF/MF: 474.418.603-34	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL GRADUADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO NA PRÁTICA ESPORTIVA BASQUETEBOL, COMO PARTE DA POLÍTICA DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA E CIDADANIA NO TRABALHO (PSQVC).	25.200,00 (12 PARCELAS DE R\$ 2.100,00)	DOE/TCE/PI Nº 008/18, DE 12/01/18



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

• Termos Aditivos e de Apostilamento de Contratos

Nº DO PROCESSO	Nº DO ADITIVO	CONTRATADO CNPJ/CPF	OBJETO	VALOR R\$	PUBLIC. ADITIVO
TC/018786 / 2017	TERMO ADITIVO Nº 11 AO CONTRATO Nº 07/12	SERVFAZ – SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA. CNPJ/MF: 10.013.974/0001-63	REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS DO CONTRATO Nº 07/12 REF. AO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2017.	VALOR REPACTUADO DE R\$ 128.371,91 PARA R\$ 137.853,73 (MENSAL), PASSANDO O VALOR CONTRATADO TOTAL DE R\$ 1.540.462,92 PARA R\$ 1.654.244,76	DOE/TCE/PI Nº185/17, DE 04/10/17
TC/022072 / 2017	1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/16/TCE/PI	RD DE ARAÚJO ME (DESINSETIZADORA PIONEIRA) CNPJ/MF: 63.343.057/0001-03	PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 26/2016/TCE/PI.	30.999,00 (12 PARCELAS DE R\$ 2.853,25)	DOE/TCE/PI Nº191/17, DE 16/10/17
TC/018877 / 2017	TERMO ADITIVO Nº 07 AO CONTRATO Nº 9912337777/2013	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (CORREIOS) CNPJ/MF: 34.028.316/0022-38	PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS Nº 9912337777/2013.	261.437,65 (VALOR ESTIMADO)	DOE/TCE/PI Nº 205/17, DE 09/11/17
TC/013421 / 2017	TERMO ADITIVO Nº 07 AO CONTRATO Nº 02/16 E SEUS ADITIVOS	EFICÁCIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA. CNPJ/MF: 06.301.115/0001-00	APLICAR REAJUSTE DE 6,473%, NO VALOR CONTRATUAL, DE ACORDO COM A COLUNA 39 DA FGV/DNIT ACUMULADO ENTRE OS MESES DE MARÇO/15 A MARÇO/17.	14.959,84, PASSANDO O VALOR TOTAL DO CONTRATO, APÓS O REAJUSTE, A SER DE R\$ 470.006,53	DOE/TCE/PI Nº 226/17, DE 11/12/17
TC/023033 / 2017	TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 08/17/TCE/PI	O DIA AGÊNCIA LTDA. CNPJ/MF: 05.700.724/0001-61	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 08/17/TCE/PI.	22.000,00 (VALOR ESTIMADO)	DOE/TCE/PI Nº 225/17, DE 07/12/17
TC/025192 / 2017	TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 33/16/TCE/PI	CLARO S/A. CNPJ/MF: 40.432.544/0001-47	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 33/2016/TCE/PI.	81.643,92 (12 PARCELAS DE R\$ 6.803,66)	DOE/TCE/PI Nº 227/17, DE 12/12/17
TC/024095 / 2017	TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 18/15	UNITEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ/MF: 00.155.199/0001-27	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 18/15.	6.960,00 (12 PARCELAS DE R\$ 580,00)	DOE/TCE/PI Nº 233/17, DE 20/12/17
TC0/21282 / 2017	TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO Nº 023/14	AGATHA SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ/MF: 08.483.447/0001-70	PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 023/14.	87.885,60 (12 PARCELAS DE R\$ 7.323,80)	DOE/TCE/PI Nº 233/17, DE 20/12/17
TC/025051 / 2017	TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02 AO CONTRATO Nº 14/15	IBM BRASIL – INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ/MF: 33.372.251.0001-56	REAJUSTE DE PREÇOS/ENCARGOS DA CONTRATADA, RETROATIVO A OUTUBRO/2017.	3.230,12 (VALOR MENSAL)	DOE/TCE/PI Nº 233/17, DE 20/12/17
TC/027005 / 2017	TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 19/17/TCE/PI	NORTHWARE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. CNPJ/MF: 37.131.927/0001-70	ACRÉSCIMO DE 25% AO QUANTITATIVO PREVISTO NO ITEM 07 DO CONTRATO ORIGINAL (AQUISIÇÃO DE 25 NOTEBOOKS).	137.497,50	DOE/TCE/PI Nº 008/18, DE 12/01/18



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

• Convênios e congêneres

Nº TC	CONVÊNIO	CONCEDENTE	OBJETO	PRAZO VIGÊNCIA	Nº DO PUBLIC	VALOR R\$
021383/17	TERMO DE PARCERIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA (PI) CNPJ/MF: 06.554.174/0001-82	PROMOVER DE FORMA CO-PARTICIPATIVA (EM PARCERIA) A REALIZAÇÃO DO XXXV SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DE CONTROLADORES SOCIAIS E OUVIDORIA ITINERANTE EM ESPERANTINA, NO PERÍODO DE 02 A 04/10/17.	02/10/17 A 04/10/17	DOE/TCE/PI Nº194/17, DE 23/10/17	-
016546/17	TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR	MUNICÍPIO DE COCAL DOS ALVES (PI) CNPJ/MF: 01.612.572/0001-94	CESSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO ALEXANDRE LOPES FILHO.	01/08/17 A 31/12/17	DOE/TCE/PI Nº197/17, DE 26/10/17	-
014878/17	TERMO DE CONVÊNIO	ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CESVALE CNPJ/MF: 05.804.208/0001-87	ESTABELEÇER CONDIÇÕES PARA VIABILIZAR A CONCESSÃO DE ESTÁGIO EXTRACURRICULAR SUPERVISIONADO AOS DISCENTES DO CESVALE, VISANDO A COMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM.	01/01/17 A 01/01/22 (60 MESES)	DOE/TCE/PI Nº204/17, DE 08/11/17	-
023223/17	TERMO DE PARCERIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS (PI) CNPJ/MF: 06.553.937/0001-70	PROMOVER DE FORMA CO-PARTICIPATIVA (EM PARCERIA) A REALIZAÇÃO DO XXXVI SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DE CONTROLADORES SOCIAIS E OUVIDORIA ITINERANTE.	06/11/17 A 08/11/17.	DOE/TCE/PI Nº210/17, DE 17/11/17	-
025275/17	TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 07/2017/ SEADPREV	ESTADO DO PIAUI, CNPJ/MF: 06.553.481/0001-49, através da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA (SEADPREV) Partícipes: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, CNPJ/MF: 05.811.724/0001-39; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUI, CNPJ/MF: 06.981.344/0001-05; TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUI, CNPJ/MF: 05.818.935/0001-01; MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PIAUI, CNPJ/MF: 05.805.924/0001-89; ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL PIAUI, CNPJ/MF: 05.336.854.0001-67; CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PIAUÍ, CNPJ /MF 06.669.170/0001-40 . Cooperados:	ARRECADAR RECURSOS FINANCEIROS A SEREM VERTIDOS AO FUNDO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO (FEIRÃO DO AUTOMÓVEL).	09/11/17 A 15/12/17	DOE/TCE/PI Nº222/17, DE 04/12/17	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

Nº TC	CONVÊNIO	CONCEDENTE	OBJETO	PRAZO VIGÊNCIA	Nº DO PUBLIC	VALOR R\$
		<p>ASSOCIAÇÃO DOS REVENDEDORES DE VEICULOS SEMINOVOS MULTIMARCAS DO ESTADO DO PIAUI, CNPJ/MF: 08.629.731/0001-02;</p> <p>NEWLAND VEICULOS LTDA, CNPJ/MF: 41.597.303/0004-64;</p> <p>SEDAN COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE VEICULOS LTDA, CNPJ/MF: 07.462.875/0003-16;</p> <p>JAGUAR/LAND ROVER, CNPJ/MF 19.923.963/0001-95; JET VEICULOS LTDA, CNPJ/MF 02.131.398/0001-20;</p> <p>GRUPO JELTA, CNPJ/MF: 05.385.026/003-80;</p> <p>CANADÁ VEICULOS LTDA, CNPJ/MF: 01.896.483/0001-17;</p> <p>VIA PARIS AUTOMOVEIS LTDA, CNPJ/MF: 03.998.690/0001-08;</p> <p>JAPAN VEICULOS LTDA, CNPJ/MF: 04.569.159/0001-82;</p> <p>ALEMANHA VEICULOS LTDA, CNPJ/MF: 05.422.156/0001-84;</p> <p>AUDI CENTER TERESINA LTDA, CNPJ/MF: 20.437.271/0001-16;</p> <p>ANTARES VEICULOS LTDA, CNPJ/MF: 03.457.435/0001-58; ISAR VEICULOS LTDA, CNPJ/MF: 20.813.800/0001-39.</p> <p>Interveniente Beneficiário: FUNDO FINANCEIRO DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO, CNPJ/MF: 06.857.213/0003-82.</p> <p>Agente Financeiro: BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ/MF: 00.000.000/1581-43.</p>				
021731/17	CONVÊNIO	<p>CONCEDENTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (TCE/PI) CNPJ/MF: 05.818.935/0001-01</p> <p>BENEFICIÁRIO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI), CNPJ/MF: 06.517.387/0001-34, COM A INTERVENIÊNCIA DA FUNDAÇÃO</p>	<p>DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA FUNDADO NA MINERAÇÃO DE DADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA CLASSIFICADOR TREINADO PARA RECONHECER O PADRÃO DE COMPORTAMENTO DAS BASES SIAFEM/SIAFE DO</p>	<p>22/11/17 A 22/02/19 (15 MESES)</p>	<p>DOE/TCE/PI Nº231/17, DE 18/12/17</p>	<p>50.000,00</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

Nº TC	CONVÊNIO	CONCEDENTE	OBJETO	PRAZO VIGÊNCIA	Nº DO PUBLIC	VALOR R\$
		CULTURAL DE FOMENTO À PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO (FADEX), CNPJ/MF: 07.501.328/0001-30	EXECUTIVO ESTADUAL.			
025948/17	ACORDO DE COOPERAÇÃO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (MPE-PI), CNPJ/MF: 05.805.924/0001-89, COM A INTERVENIÊNCIA DO GAECO.	ESTABELECIMENTO DE MECANISMOS DE COOPERAÇÃO ENTRE O TCE/PI E O MPE/PI, COM INTERVENIÊNCIA DO GAECO, VISANDO À INSTALAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO, NO ÂMBITO DO GAECO, DE UMA UNIDADE DE PERSECUÇÃO PATRIMONIAL E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS EM RAZÃO DE CRIMES COMETIDOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BUSCANDO TORNAR MAIS EFETIVO O COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE CAPITAIS.	13/12/17 A 13/12/22 (60 MESES)	DOE/TCE/PI Nº232/17, DE 19/12/17	-
025994/17	CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO	SOCIEDADE PIAUIENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA. – SPES, MANTENEDORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS PROF. CAMILLO FILHO CNPJ/MF: 03.207.910/0001-38	ESTABELECEM CONDIÇÕES PARA VIABILIZAR A CONCESSÃO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E/OU NÃO OBRIGATÓRIO AOS DISCENTES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.	08.01.18 A 08.01.20	DOE/TCE/PI Nº233/17, DE 20/12/17	-

• Termos Aditivos e de Apostilamento de Convênios e congêneres

Nº PROCESSO (TC)	TERMO ADITIVO	CONCEDENTE	OBJETO	PRAZO VIGÊNCIA	Nº DO PUBLIC	VALOR R\$
020125/17	TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONVÊNIO DE CESSÃO DE SERVIDORES	PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO PIAUÍ CNPJ/MF: 06.553.481/0001-49	CESSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA CLICIANE VELOSO BARBOSA.	01/10/17 A 31/12/17	DOE/TCE/PI Nº194/17, DE 23/10/17	-
022610/17	1º TERMO ADITIVO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº25/16	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (TJ-PI) CNPJ/MF: 06.981.344/0001-05	CESSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MARÍLIA DE MOURA SANTOS NOGUEIRA RÊGO.	01/06/16 A 01/06/18 (2 ANOS) DATA DA ENTRADA EM EXERCÍCIO DA SERVIDORA NO TCE/PI: 17/10/17	DOE/TCE/PI Nº197/17, DE 26/10/17	-
022499/17	TERMO ADITIVO Nº 09 AO CONVÊNIO Nº 01/13	ESTADO DO PIAUÍ, CNPJ/MF: 03.553.481/0001-49, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ (SEFAZ-PI), CNPJ/MF: 06.553.556/0001-91	PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO Nº 01/2013, COM A FINALIDADE DE PERMITIR A CONCLUSÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS.	14/11/17 A 12/05/18 (180 DIAS)	DOE/TCE/PI Nº210/17, DE 17/11/17	-



14. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

A Escola de Gestão e Controle é responsável por promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do TCE/PI e a difusão de conhecimento aos jurisdicionados e à sociedade civil.

Durante o quarto trimestre a EGC desenvolveu por iniciativa própria ou por demanda, as seguintes atividades de qualificação e capacitação:

EVENTO	OUT	NOV	DEZ	CARGA HORÁRIA	QUANT. PARTICIPANTES
XXII Congresso Nacional de Cerimonial Público na cidade de Bonito-MS	X			24 h	2
Curso Auditoria de Folha de Pagamento no Serviço Público na cidade de Brasília-DF	X			16h	4
Curso: Formação de PNL – Practitioner na cidade de Atibaia-SP	X			72h	1
VI Congresso Brasileiro de Direito Constitucional na cidade de Natal - RN	X			24h	1
Congresso Brasileiro de Gestão Tributária na Administração Pública na cidade de Salvador - BA	X			24h	2
Curso de Especialização em Direito Constitucional e Controle na Administração Pública Disciplina: Direito Tributário (obrigatória)	X			30h	28
Curso de Especialização em Direito Constitucional e Controle na Administração Pública Disciplina: Redação de Voto, Acórdãos e Decisões. (optativa)	X			15h	28
Curso de Especialização em Contabilidade e Controle na Administração Pública. Disciplina: Direito Tributário(optativa)	X			30h	28
Curso de Especialização em Contabilidade e Controle na Administração Pública Disciplina: Redação de Voto, Acórdãos e Decisões. (optativa)	X			15h	28
XXXV Seminário de Formação de Controladores Sociais, Treinamentos e Qualificação de Gestores em Esperantina (PI) Palestra: Gestão e Governança	X			4h	167
Palestra: A Atuação do Ministério Público de Contas	X			4h	
Palestra: Regime Próprio de Previdência	X			4h	
Minicurso: Cadastro WEB – Ferramenta Importante para Gestores e Ex-Gestores da Administração Pública	X			4h	6
Minicurso: Tribunal de Contas e as Admissões de Pessoal: Servidores Públicos, Concursos e Seleções	X			4h	17
Minicurso: Regime Próprio de Previdência	X			4h	13
Minicurso: Controle na Administração Pública	X			4h	33
Minicurso: Os cuidados que os Gestores Deverão ter com a Nova Mudança na Lei da Terceirização	X			4h	4



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

EVENTO	OUT	NOV	DEZ	CARGA HORÁRIA	QUANT. PARTICIPANTES
Minicurso: A Aplicação do Laboratório Móvel na Fiscalização de Obras Públicas	X			4h	3
Minicurso: Prestação de Contas e a Responsabilidade dos Agentes Perante o TCE/PI	X			4h	13
Minicurso: Programa de Integridade e Gestão de Risco na Gestão Municipal	X			4h	14
Minicurso: Processo Administrativo de Responsabilidade de Pessoa Jurídica	X			4h	10
Minicurso: As Multifaces da Cidade	X			4h	7
Minicurso: Regime Jurídico do Servidor e a Nova Sistemática do Sagres Folha	X			4h	6
Minicurso: Administração Tributária Eficiente: Receita Própria (IPTU, ISS, ITBI, Taxas), Receitas de Transferências (ICMS, ITR, IPVA), Cofem, COSIP, Processo Administrativo Fiscal, Cobrança e Dívida Ativa	X			4h	37
Minicurso: Controle na Administração Pública	X			4h	17
Minicurso: Auditoria Operacional	X			4h	14
Minicurso: Promoção de Saúde e Qualidade de Vida na Administração Pública Municipal	X			4h	6
Minicurso: Prestação de Contas: Como evitar falhas	X			4h	20
Minicurso: Responsabilidade Penal do Gestor Público Municipal	X			4h	2
Minicurso: Contratos com a Administração Pública e os Influxos da Lei de Improbidade	X			4h	4
Minicurso: Controle Interno: Voltado para os Controladores Internos do Poder Executivo e Legislativo	X			4h	10
Minicurso: IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Exigibilidade do TCE/PI (a partir de 2017)	X			4h	4
Minicurso: ICMS Ecológico	X			4h	3
Minicurso: Alimentação Escolar e a Participação dos Pequenos Negócios e Agricultores Familiares	X			4h	9
Minicurso: Como os RHs devem se Preparar para a E Social (Envio das Obrigações Fiscais, Previdenciárias, Trabalhista)	X			4h	16
Minicurso: Licitações Públicas – Uma Visão Teórica e Jurisprudencial	X			4h	30
Uso da Certificação Digital nas Prestações de Contas	X			4h	6
Minicurso: Responsabilidade Civil da Adm. Pública Municipal	X			4h	6
Curso Gestão Tributária de Contratos e Convênios		X		24h	2
XXVI Congresso Nacional do Conselho Nacional de pesquisa e Pós-Graduação em Direito		X		24h	1
eSocial na Administração Pública e Privada,		X		16h	2
Workshop de Elaboração do PE ODP.TC período 2018-2022		X		16h	2
Auditoria Financeira e Contábil do Setor Público		X		16h	1
XXX Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo - ABE		X		24h	2



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

EVENTO	OUT	NOV	DEZ	CARGA HORÁRIA	QUANT. PARTICIPANTES
Curso: CIA 2 (Prática de Auditoria Interna)		X		48h	1
XXIX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil		X		24h	9
VII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade		X		24h	1
Curso de Especialização em Contabilidade e Controle na Administração Pública Disciplina: Direito penal na Administração Pública (optativa)		X		30h	8
Curso de Especialização em Direito e Controle na Administração Pública Disciplina: Direito penal na Administração Pública (optativa)		X		30h	27
Curso de Especialização em Contabilidade e Controle na Administração Pública Disciplina: Redação de Voto Acórdãos e Decisões		X		15h	1
Curso de Especialização em Direito e Controle na Administração Pública Disciplina: Redação de Voto Acórdãos e Decisões		X		15h	16
IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Exigibilidade do TCE/PI		X		4h	95
IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Exigibilidade do TCE/PI		X		4h	164
XXXVI Seminário de Formação de Controladores Sociais, Treinamentos e Qualificação de Gestores em Oeiras (PI) Palestra: Organização e Competência do TCE/PI		X		1h	190
Palestra: Controladoria Municipal: instrumento de gestão de recursos escassos		X		1h	190
Minicurso: As Multifases da Cidade		X		2h	19
Minicurso: Prestação de Contas: Como evitar falhas		X		2h	79
Minicurso: Accountability como novo paradigma de controle: uma importante ferramenta para a gestão pública		X		2h	3
Minicurso: Auditoria Operacional		X		2h	4
Minicurso: Regime Jurídico do servidor e a nova sistemática do sagres Folhas		X		2h	7
Minicurso: A importância dos conselhos tutelares e suas atribuições		X		2h	21
Minicurso: Responsabilidade civil da administração pública municipal		X		2h	30
Minicurso: Regime próprio da previdência		X		2h	3
Minicurso: Contratação Direta – Dispensa e Inexigibilidade de Licitação		X		2h	28
Minicurso: Administração tributária eficiente: Receita Própria (IPTU, ISS, ITBI, Taxas), Receitas de transferências (ICMS, ITR, IPVA), Cofem, Cosip, Processo Administrativo Fiscal, Cobrança e Dívida Ativa		X		2h	36
Minicurso: Os desafios para o exercício da vereança na atual legislatura		X		2h	23
Minicurso: Cadastro WEB – Ferramenta Importante para Gestores e Ex – Gestores da Administração		X		2h	12



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 4º TRIMESTRE DE 2017

EVENTO	OUT	NOV	DEZ	CARGA HORÁRIA	QUANT. PARTICIPANTES
Minicurso: Encontro com Conselhos de Alimentação Escolar		X		2h	23
Minicurso: Os impactos do estresse e do endividamento para a saúde do servidor. Desafios e soluções		X		2h	19
Minicurso: Tributação no Simples Nacional		X		2h	8
Minicurso: eSocial – A Nova Ferramenta de envio das obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (RAIS, DIRF e SEFIP/GFIP)		X		2h	12
Minicurso: Alimentação Escolar e a Participação dos Pequenos Negócios e Agricultores Familiares		X		2h	18
Curso: Como Elaborar a Planilha de Formação de Preços de Acordo com a Nova IN Nº 05/17 e Como Julgar a Licitação para a Contratação dos Serviços Contínuos			X	24h	5
Compras Governamentais (Sistema Comprasnet do Governo Federal)			X	24h	3
Tomada de Contas Especial. Tópicos Relevantes com a Nova IN Nº 76/2016			X	16h	5
Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais IRRF/PIS/COFINS/CSLL/INSS/ISS			X	24h	3
Curso Execução Orçamentária e Financeira de forma integrada na Adm. Pública			X	24h	2
Curso Prático: Tomada de Contas Especial – tópicos relevantes com a nova IN 76/2016			X	16h	5
I Fórum Brasileiro de Governança Pública e Corporativa e XI Fórum Brasileiro de Combate à Corrupção			X	16h	2
Curso Prático: Concurso Público e Elaboração de Edital			X	8h	1
VI Seminário de Modelos e Experiências de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos			X	16h	1
Curso: Finanças Públicas Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais			X	24h	1
Curso: Operacionalização do SINCONV(V)			X	40h	1
Curso de Especialização em Contabilidade e Controle na Administração Pública Disciplina: Sistemas Informatizados Utilizados no TCE/PI			X	15h	11
Curso de Especialização em Direito e Controle na Administração Pública Disciplina: Sistemas Informatizados Utilizados no TCE/PI			X	15h	13
Curso de Especialização em Contabilidade e Controle na Administração Pública Disciplina: Direito Penal na Administração Pública			X	30h	8
Curso de Especialização em Direito e Controle na Administração Pública Disciplina: Direito Penal na Administração Pública			X	30h	27
Curso: Gestão e Fiscalização de Contratos			X	16h	75
Treinamento sobre acumulação de pessoal no serviço Público e Processo Administrativo Disciplinar			X	3h	68
IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal: Exigibilidade do TCE/PI			X	4h	132

